

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE CODÓ
LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS – HISTÓRIA

OLIVANDA LIMA FARIAS JANSEN

MARIA FIRMINA DOS REIS: mulher, negra e intelectual no Maranhão oitocentista

CODÓ-MA

2023

OLIVANDA LIMA FARIAS JANSEN

MARIA FIRMINA DOS REIS: mulher, negra e intelectual no Maranhão oitocentista

Trabalho de conclusão de curso, requisito obrigatório para a obter o grau de licenciada em Ciências Humanas/História pela Universidade Federal do Maranhão – Centro de Ciências de Codó.

Orientador: Antonio Alexandre Isidio Cardoso

CODÓ – MA

2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

LIMA FARIAS JANSEN, OLIVANDA.

MARIA FIRMINA DOS REIS : mulher, negra e intelectual no Maranhão oitocentista / OLIVANDA LIMA FARIAS JANSEN. - 2023.

55 f.

Orientador(a): Antonio Alexandre Isidio Cardoso.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - História, Universidade Federal do Maranhão, Codó -MA, 2023.

1. Maranhão. 2. Maria Firmina dos Reis. 3. Representações. I. Isidio Cardoso, Antonio Alexandre. II. Título.

A Manoel Quaresma de Sá Filho

Em memória

AGRADECIMENTOS

A todos da minha família, meus irmãos e cunhadas, pela força e ajuda nos momentos difíceis dessa jornada. A minha mãe Maria do Amparo, pelas orações, por sonhar comigo e me segurar quando eu quis desistir, quando eu não suportava mais tantas lutas, ela segurou minha mão.

Ao meu filho Luiz Felipe, por suportar as ausências diárias, por ajudar com as tarefas domésticas e me lembrar o quanto eu precisava concluir esse trabalho e o porquê.

A meu companheiro Manoel Quaresma que esteve do meu lado durante todo o percurso segurando a minha mão e me ensinando a vencer os desafios de dirigir para poder chegar a UFMA em segurança, por acreditar em mim e ficar do meu lado até ser violentamente tirado desse mundo. Permanecer no curso só foi possível graças a sua coragem de se mudar para Codó e ficar comigo, mesmo não tendo estudado você entendia a dimensão e a importância da universidade, obrigada por tanto.

A toda turma 2017.2, aos colegas que foram tão importantes nessa caminhada, principalmente a Joana Alice, por sua empatia, humanidade, conselhos e ajuda que foram valiosos, durante essa pesquisa, muito obrigada minha amiga. Aos colegas, Francisco de Assis e Pamela Lorena, por me ouvirem nos momentos de angústias, durante a construção desse trabalho tão difícil pra mim.

Aos meus professores, pelo trabalho maravilhoso em sala de aula, pela experiência única que foi aprender a pensar com vocês, obrigado pelo excelente trabalho.

Ao meu orientador, professor Dr. Antônio Alexandre Isídio Cardoso, pelas orientações e pela paciência, eu não teria concluído sem seus conselhos, eles me nortearam, e eu sou muito agradecida.

RESUMO

A configuração do Maranhão no oitocentos tinha base numa economia de exportação de gêneros primários, como açúcar, algodão e arroz, juntamente com a produção local de lavouras e criatório de gado, cujas estruturas eram majoritariamente sustentadas pelos braços de homens e mulheres negros e negras, escravizados, libertos e livres, em meio a uma sociedade bastante segregada e hierarquizada, capitaneada por elites brancas herdeiras dos privilégios (e heranças) coloniais. Nesse contexto, nasceu Maria Firmina dos Reis, mulher negra que através de sua profissão e sua escrita, retratou de uma forma singular personagens escravizados na sociedade maranhense do século XIX. Com forte teor antiescravista/abolicionista suas obras trazem representados homens e mulheres escravizados de forma humanizada, como sujeitos de suas próprias histórias, representando a si mesmos e referenciando dinâmicas sociais a que estavam expostos no contexto escravista maranhense. Diante desse contexto, o presente trabalho propõe discutir alguns aspectos sociais da escrita firminiana, analisando representações contidas nas obras *Úrsula* de 1859 e *A Escrava* de 1871.

Palavras-Chave: Maranhão. Maria Firmina dos Reis. Literatura. Representações

ABSTRACT

The configuration of Maranhão in the nineteenth century was based on an export economy of primary goods, such as sugar, cotton and rice, along with the local production of crops and cattle breeding, whose structures were mostly supported by the arms of black men and women, enslaved, freed and free, in the midst of a very segregated and hierarchical society, headed by white elites heirs to colonial privileges (and inheritances). In this context, Maria Firmina dos Reis was born, a black woman who through her profession and her writing, portrayed in a unique way enslaved characters in the Maranhão society of the nineteenth century. Thus, the present work proposes to discuss the social aspects in which the Firminian writing took place, also analyzing the representations contained in the books *Ursula* of 1859 and *The Slave* of 1871.

KEYWORDS: Maranhão. Maria Firmina dos Reis. Literature, Representations

LISTAS DE QUADROS

QUADRO 1 - POPULAÇÃO DO MARANHÃO DE 1821 A 1887 – Página 18-19

QUADRO 2: ENSINO PÚBLICO E PARTICULAR NA PROVÍNCIA – Página 28- 29

QUADRO 3: TIPOGRAFIA / JORNAL – Página 32-33

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I	13
CONTEXTO SOCIAL DO MARANHÃO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX	13
1.1 CRISES DA LAVOURA DO ALGODÃO	15
1.2 MOVIMENTOS SOCIAIS E CONFLITOS HISTÓRICOS NO MARANHÃO OITOCENTISTA.....	16
1.3 POPULAÇÃO, CULTURA E CONTRASTES.....	19
CAPÍTULO II	25
MARIA FIRMINA DOS REIS: ROMANCISTA, POETISA E PROFESSORA	25
2.1 EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO NO MARANHÃO NO TEMPO DE MARIA FIRMINA	27
2.2 A PROJEÇÃO DE MARIA FIRMINA DOS REIS COMO UMA MULHER LETRADA.....	32
CAPÍTULO III	39
A ESCRITA FIRMINIANA	39
3.1 REPRESENTAÇÕES EM ÚRSULA.....	42
3.2 A ESCRAVA: REPRESENTAÇÕES DE ESCRAVIDÃO	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52

INTRODUÇÃO

Quem foi Maria Firmina dos Reis? Qual a importância de suas obras *Úrsula* e *A Escrava* dentro do contexto oitocentista? Estas perguntas ecoaram ao pensar uma pesquisa relacionada ao século dezenove que tem como tema essa mulher negra e intelectual, que ascendeu a esse lugar tão improvável, se levarmos em conta as características sociais do Maranhão e suas relações com a cor e com o gênero dentro da dinâmica do escravismo que envolve o período do estudo.

Para responder a tais questões poderíamos dizer que antes de ser romancista, poetisa e professora, a autora foi uma criança negra, uma jovem negra, uma mulher negra, exposta à crueza dos tempos da escravização, tempos difíceis para uma mulher negra, ainda que livre. O Maranhão oitocentista foi marcado por uma sociedade fortemente hierarquizada, atravessada pelas dinâmicas do escravismo e do racismo, com uma grande população de pessoas livres pobres e escravizadas, permeado por conflitos sociais e diferentes formas de resistências. O Maranhão que nesse período tinha uma economia agroexportadora, possuía uma elite senhorial de fazendeiros, comerciantes e letrados, que se inspiravam em modos de vida europeus.

Foi nesse contexto que Maria Firmina dos Reis desenvolveu sua intelectualidade, trabalhou como professora de primeiras letras e iniciou sua escrita literária, ainda que à mulher desse período fosse, em geral, apenas permitido educar-se para desenvolver funções domésticas e não intelectuais, ABRANTES (2003, p. 5).

O discurso literário de Maria Firmina dos Reis é inconfundivelmente abolicionista, sendo inovador para a época, seu texto é permeado de representações sociais, abordando principalmente questões ligadas à mulher, à pessoa escravizada e ao indígena.

Nesse trabalho vamos dar ênfase às pessoas escravizadas, através das representações presentes nas obras *Úrsula* e *A Escrava*, tentando entender o mundo violento da escravização a partir da perspectiva literária de Maria Firmina dos Reis. Há um vasto acervo de pesquisa sobre essa importante autora oitocentista atualmente, e muito a ser explorado sobre sua vida e obra, esse trabalho pretende levantar algumas questões sobre aspectos de sua vida, ambiente de vivência e suas obras, conjugando aspectos pertinentes para a compreensão da vida da autora e do contexto histórico oitocentista.

A problemática dessa pesquisa procura investigar, entre outros pontos: Qual o lugar social, em termos gerais, da pessoa negra no Maranhão oitocentista? Como Maria Firmina dos Reis rompeu barreiras sendo uma mulher negra, haja vista que, esta sociedade era sobretudo

escravista, racista e patriarcal, marcada por uma forte hierarquia baseada na classe e na cor? A pesquisa pretende analisar o contexto social em que a escritora Maria Firmina dos Reis viveu, e como suas vivências como mulher negra influenciaram em seu discurso literário.

Nesse sentido, esse trabalho propõe pesquisar o contexto social, político e econômico do século XIX, ressaltando as problemáticas às quais estavam sujeitas as pessoas escravizadas e a população negra livre na sociedade maranhense da época. Isto passará pela compreensão da literatura firminiana, vista como um diálogo social e emancipador, dentro do modelo romântico característico do século XIX. Assim, interessa-nos discutir sobre a narrativa literária de Maria Firmina dos Reis a partir da perspectiva do discurso da autora, com seu forte teor antiescravista e abolicionista, uma tendência que pode ser considerada como nova para a época.

As razões que incentivaram essa pesquisa partem da necessidade de analisar e identificar na obra de Maria Firmina dos Reis o contexto social em que estavam inseridas as pessoas escravizadas e livres no século XIX, e como eram representados os escravizados, observando a trajetória e os comportamentos das classes abastadas dos personagens nas obras selecionadas da autora. Este trabalho justifica-se por trazer ao conhecimento da sociedade personagens negros no debate da intelectualidade oitocentista, como forma de ajudar nas reflexões sobre as resistências e agências dessas populações. Estas problemáticas devem ser consideradas de alta relevância para a sociedade codoense (e maranhense, em geral) historicamente composta por homens e mulheres negras e seus descendentes. Trata-se, portanto, de uma monografia dedicada ao estudo da trajetória de uma intelectual negra dentro do contexto oitocentista.

Para mim é importante trabalhar com uma autora negra por ser alguém com quem me identifico e em quem reconheço minha própria história. A UFMA dispôs de espaço acadêmico que favoreceu meus estudos sobre a referida temática e incentivou a produção científica que reverberou novos conhecimentos sobre os saberes considerados subalternos e silenciados dentro da perspectiva dos lugares de fala dominantes e socialmente aceitos. A realização deste estudo foi feita a partir de pesquisas bibliográficas nas obras da autora referida, em ensaios, artigos, teses, livros e periódicos que tratam sobre a autora e sobre o Maranhão no século XIX, pois segundo Lima e Miotto (2007) “usar a pesquisa bibliográfica significa realizar um movimento incansável de apreensão dos objetivos, de observância das etapas de leitura, de questionamentos e de interlocução crítica com o material bibliográfico exigindo do pesquisador vigilância epistemológica”. Nesse sentido, partiremos, em um primeiro momento, de uma

leitura exploratória, e na sequência delimitaremos os principais aspectos sociais que permearam a vida da autora e como estes influenciaram suas obras.

No primeiro capítulo, serão elencados alguns aspectos da formação econômica do Maranhão, ressaltando a importância da Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão na transformação social e econômica desse território a partir da massificação da chegada dos africanos traficados para o trabalho escravo, assim como os conflitos e revoltas populares que ocorreram no período subsequente, já no século XIX, analisando a formação da sociedade do Maranhão, sua cultura e seus contrastes.

Após o delineamento do contexto histórico, dar-se-á sequência à monografia com reflexões biográficas sobre a autora, referência principal do segundo capítulo. Será destacado seu trabalho como professora e escritora, ressaltando as dinâmicas sociais a que estavam expostos os escravizados e as pessoas negras em geral, e como Maria Firmina dos Reis enfrentou essas barreiras históricas a partir da educação e de sua escrita literária.

Uma vez apresentados e discutidos aspectos da vivência e atuação profissional da autora em contexto, no terceiro capítulo serão abordadas as obras *Úrsula* e *a Escrava*, e as representações sobre escravizados que atravessaram o enredo do romance e do conto, respectivamente. Buscaremos demonstrar como esta classe marginalizada (dos escravizados) foi descrita pela autora, considerando os diálogos que trouxeram à tona as subjetividades de seus personagens. Enfatizaremos o discurso antiescravista e humanizado, que se opõe a forma como essas pessoas eram descritas nos escritos conservadores da época, e a partir disso faremos uma análise do caráter abolicionista dessas obras.

CAPÍTULO I

CONTEXTO SOCIAL DO MARANHÃO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

O Maranhão na segunda metade dos oitocentos era uma província que apresentava dinâmicas próprias de uma sociedade que se ergueu sobre os frutos do sistema escravista, contando com uma enorme população de pessoas escravizadas, pobres livres, um crescente número de libertos, e uma constante instabilidade econômica. É nessa sociedade de diferentes contornos, que viveu, trabalhou e escreveu a intelectual Maria Firmina dos Reis. Nesse tempo, o comércio mercantil agroexportador ainda fazia parte da economia da província, por mais que sua população escrava fosse menor que nas primeiras décadas deste século, como afirma Silva (2013). O Maranhão apresentava em sua configuração econômica, política e demográfica muitas mudanças no que se refere aos mecanismos políticos, populacionais e urbanos. O grande desenvolvimento do setor agroexportador só se deu de modo mais contundente a partir de meados do século XVIII, atrelado diretamente ao tráfico de pessoas africanas como força de trabalho, que mudaria toda a conjuntura desse território numa longa duração, sentida segundo Meireles (2015), de modo mais forte a partir de 1780.

[...] o projeto reformador de Sebastião José da Costa Meireles considerado um divisor de águas porque teria alterado a conjuntura de pobreza da região para uma de efervescência econômica. (MEIRELES, 2015, p. 275)

A Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão (1755-1778) teve grande peso nessas mudanças, sua mediação tornou possível o tráfico, a comercialização e o enriquecimento de setores das elites. Para Regina Helena Martins de Faria (2012), as políticas econômicas implantadas pelo Marquês de Pombal, através da Companhia de Comercio, tiveram impacto significativo na transformação da parte Norte da colônia portuguesa. No Maranhão, especificamente, impactou diretamente na expansão da exploração territorial, o que possibilitou um aumento das áreas para cultivo do algodão e do arroz, que sustentaram a agroexportação até as primeiras décadas do século XIX, quando o sistema começou enfrentar crises e a produção em grande escala em diversas ocasiões perdeu fôlego, dividindo espaço com outros gêneros, como o açúcar, e com a criação de gado e lavouras de pequenos sítiantes e roceiros voltadas ao mercado interno.

A implementação das políticas econômicas do Marquês de Pombal, tiveram seu sucesso assegurado pela união de forças que se envolveram diretamente no processo de implantação da Companhia e interiorização da exploração do território, como sublinha Faria,

O sistema agroexportador montado no Maranhão, a partir de meados do século XVIII, caracteriza-se por um tipo específico de acumulação, por meio do qual se solidarizam o capital mercantil, o Estado metropolitano e o grande proprietário rural, sob o predomínio do primeiro. (Faria 2012, p. 41)

O desenvolvimento da economia maranhense se deu exatamente dentro dessa tríade, que envolveu ricos comerciantes, que investiram visando o lucro com a exportação e importação de mão de obra e outras mercadorias. Assim, o reino de Portugal cuidava da burocracia e recebia os impostos, e os fazendeiros, por sua vez, ocupavam-se da produção, exploração da terra e da compra dos braços escravizados, principal força motriz do enriquecimento da antiga capitania. A exploração da força de trabalho dos africanos e seus descendentes, tanto na capital como em pequenas vilas, e inúmeras fazendas espalhadas pelo interior do Maranhão, tornou possível que no início do século dezanove o Maranhão fosse considerado um dos cinco territórios mais desenvolvidos dentro do espaço colonial que viria a ser o Brasil, segundo Silva (2013).

Tal estruturação criou condições para a expansão de grandes lavouras de algodão, arroz e cana-de-açúcar. Esses produtos demandados pelo mercado internacional, enriqueceram fazendeiros e comerciantes, que tiveram suporte para adquirir mão de obra, escoar a produção e conseguir terras e financiamentos.

De acordo com Regina Helena de Faria (2012) as poucas vilas e povoações existentes no Maranhão antes da Companhia do Comércio, se localizavam principalmente próximas às margens dos rios e não se afastavam muito do litoral. Após o crescimento do comércio dos gêneros de exportação e da entrada massiva de africanos escravizados, observou-se o surgimento de diversas vilas e freguesias, que foram se espalhando nas ribeiras dos rios, se afastando do litoral no início do século XIX, concomitante também ao avanço da pecuária, outro importante expoente da frente colonizadora já pré-existente. Acelerada pela agroexportação, a expansão do Maranhão foi acompanhada pelo crescimento populacional, e se concentrou inicialmente na parte oriental, seguindo o curso dos rios Munim, Itapecuru, Mearim, Pindaré e Grajaú, (Faria 2012). Foi nas ribeiras dos rios que nasceram as vilas de Rosário, Coroatá, São Miguel, Almeida, Cantanhede, Codó, Itapecuru Mirim e Nossa Senhora do Mearim, através desses rios circulavam as mercadorias e as populações do interior da

província. Foi através dos rios que a colonização adentrou no território, seja contatando violentamente populações indígenas (para catequese, escravização ou simplesmente para “limpar” a terra), seja seguindo caminhos de criadores de gado e senhores de terra interessados em expandir seus domínios. É consenso entre os autores e autoras citados nessa pesquisa que os rios maranhenses foram de fundamental importância para a expansão da colonização territorial, pois foi em suas margens que surgiram freguesias e vilas importantes que abrigaram muitos escravizados (e suas diversas formas de resistência) nas lavouras de algodão, engenhos e fazendas.

1.1 CRISES DA LAVOURA DO ALGODÃO

Todo o projeto econômico do Maranhão colonial deu muito certo para os ricos, apesar de ser considerado tardio, de ter se dado em uma província empobrecida, ou pouco explorada no início do setecentos, o fato é que o progresso que alcançou esse território no seu período de expansão nos faz entender a medida do desespero das elites nos períodos de crise da agroexportação. Eram momentos em que sua principal fonte de dividendos, que sustentou seus privilégios durante gerações, não se mostrava mais tão segura.

As últimas décadas do século dezoito são vistas como período de opulência da agroexportação algodoeira, que somente vai decair em meados de 1820, o que ocorre devido a fatores externos, e se agrava de acordo com a dinâmica política, econômica e social dependente de conexões atlânticas de comércio. Num primeiro momento, a expansão da lavoura do algodão se relacionou diretamente com a queda da produção das colônias inglesas na América do Norte, fato que favoreceu o comércio maranhense, sobretudo no período em que os ditos territórios entraram em guerra contra sua metrópole demandando independência, o que aqueceu a produção do Maranhão, vide a redução da concorrência do produto. Com a volta desses produtores, e a entrada de outros no mercado, o preço do algodão caiu bruscamente, prejudicando o período de bonança. Como salienta Regina Helena (2012) sobre esse modo de economia:

A dinâmica desse sistema agroexportador, como nos demais dessa natureza – é marcado por diferentes momentos de expansão e crise da gênese ao final do século XIX, quando ocorreu sua crise final. Tais momentos decorrem de fatores múltiplos e diferenciados, tais como: demanda internacional, facilidade de financiamento, disponibilidade de mão de obra e de novas terras, revoltas, guerra e até problemas ecológicos. (FARIA, 2012 p. 41)

A agroexportação do algodão continuou durante todo o oitocentos com altos e baixos, e em 1862, de acordo com Alain El Youssef (2015), com a guerra civil americana ¹e a queda na produção do algodão devido ao conflito naquele território, a exportação do algodão maranhense voltou a aumentar, no entanto, esse não foi o único produto com protagonismo no mercado externo. O arroz também foi um importante produto de exportação, mas também perdeu espaço comercial para o arroz indiano que tinha melhor qualidade e preço, de acordo com Régia Agostinho (2013). É importante frisar que paralelo a esse comércio agroexportador havia também a comercialização de outros produtos que cresceram muito na segunda metade do século dezenove, e uma economia regional que se autossustentava, como a pequena lavoura e a pecuária na área conhecida como Pastos Bons, por exemplo. Porém, a grande demanda do setor exportador era o algodão e o arroz, que continuaram a ser exportados, mas sem gerar a mesma renda dos tempos áureos, de forma que a crise quase levou as elites à falência, o que fez com que novos investimentos fossem feitos ao nível de lavoura e da escravaria. Segundo Régia Agostinho (2013), em 1846, houve investimento na lavoura da cana, e no maquinário de produção que passou a ser a vapor.

A produção agroexportadora maranhense durante todo o século dezenove competiu com produtos estrangeiros, que em certa medida tornou mais competitivo esse mercado, barateando os preços, exigindo qualidade dos produtos e das técnicas de produção. Os problemas do setor exportador se agravaram mais ainda nas décadas posteriores à Independência, o clima de instabilidade econômica, política e social mudou a conjuntura da Província do Maranhão.

1.2 MOVIMENTOS SOCIAIS E CONFLITOS HISTÓRICOS NO MARANHÃO OITOCENTISTA

¹ De acordo com Juliana Oliveira e Alain El Youssef, a guerra civil americana foi um evento histórico entre os estados da União e estados Confederados, em que o Norte e Sul dos Estados Unidos com bases econômicas diferentes (o primeiro com base em força de trabalho livre e segundo com trabalhadores escravizados) protagonizaram na segunda metade do século XIX uma guerra civil de proporções catastróficas para o país. Houve conflitos que impactaram a economia e as questões sociopolíticas de outros países, entre eles o Brasil. A partir de 1861 no contexto dessa guerra, as produções agrícolas internas desse país entraram em queda, dando oportunidade a outras economias externas de escoar sua produção. OLIVEIRA, 2017, p. 1-54, EL YOUSSEF, 2015, p. 4-5

O processo de Independência do Brasil desencadeou uma série de conflitos políticos e sociais por todo o território em que viria a se inscrever a jovem nação. No Maranhão, o desligamento da metrópole portuguesa exaltou os ânimos e encurtou a tolerância da população pelos chamados filhos do reino, de forma que os gerenciamentos das políticas locais acabaram encorajando as sublevações populares como a Setembrada, a Balaiada e em 1867 a revolta do Viana.² Destacamos que existiram peculiaridades entres esses eventos, e isso se deu pelo envolvimento de diferentes segmentos da sociedade nas sublevações citadas.

Motivadas pela conjuntura política e social do século XIX, pelos desmandos das autoridades locais, pelo repúdio aos portugueses, engajados nas lutas por liberdade, a população se apropriou, de acordo com uma leitura política popular, da ideologia liberal. De acordo com Mathias Assunção (2011, p. 299), a existência de um campesinato de subsistência paralelo a agroexportação, composto por indígenas aldeados, negros e negras libertas, aquilombados e os que emigraram do sertão do Ceará (Assunção, 2011), deu forma a um compósito demográfico *sui generis*, que em parte se mobilizou em revolta no interior da província nos tempos da chamada *Balaiada*.

Populações periféricas e urbanas mobilizaram revoltas durante o período dos oitocentos no Maranhão, assim como em várias partes do Brasil. Nessa pesquisa pontuamos a Balaiada por ter agregado no mesmo movimento classes e interesses díspares. Por aqui, problemas ligados ao escravismo, à crescente população livre e à agroexportação se agravaram ainda mais com a revolta. O período de Balaiada foi um momento considerado bastante complicado em termos sociopolíticos, o conflito precarizou ainda mais o trabalho, criou ambiência para o recrudescimento de fugas, com lutas protagonizadas por gentes livres pobres e escravizadas, como sublinha Matheus Gato de Jesus:

As duas décadas que sucederam a Independência no Maranhão conjugaram o progressivo arrefecimento do tráfico de africanos, crises econômicas na produção de algodão e no mercado interno de alimentos, o crescimento de uma população livre de cor e um ambiente político no qual a luta entre as facções dirigentes oportunizavam a sublevação popular (JESUS, 2015 p. 56)

² Segundo Raissa Cirino, a Setembrada foi um movimento liberal/antilusitano de alguns setores das elites, que se levantaram contra os inimigos da "Independência e da Constituição", por não verem garantidos os direitos individuais dos cidadãos, pauta importante do liberalismo. Esses indivíduos tinham seus direitos negados em detrimento de empreendimentos particulares. CIRINO, 2021.

A Revolta da Balaiada foi uma sublevação de "caráter multiclassista" que se deu entre 1838 a 1841, envolvendo a parte oriental da província do Maranhão, o Piauí e Ceará, chama atenção por ser bastante diversificada na formação do seu corpo social. Cf. ABRANTES,; MATEUS, 2021.

Para João José dos Reis, a revolta do Viana, se deu em 1867 no Maranhão, de cunho abolicionista, os quilombolas do mocambo São Benedito, fazem um retorno as fazendas da região propondo tratar da liberdade. REIS, 1996.

As primeiras décadas do oitocentos, para além das incertezas econômicas, marcaram esse cenário no que se refere às tensões políticas e revoltas populares. A Balaiada foi um dos maiores eventos com envolvimento popular que se deram no Maranhão, durou de 1838 a 1841. De acordo com Regina Helena Martins de Faria (2012), envolveu mais de 20 mil pessoas, das quais 3 mil eram escravizadas. A revolta disseminou-se pela parte oriental da província, que era a mais populosa e centro da produção agroexportadora, chegando também ao Piauí. Um dos protagonistas desse conflito foi o vaqueiro Raimundo Gomes, as pautas defendidas pelos revoltosos eram heterogêneas e de caráter popular e liberal, interpretado a partir das perspectivas populares, pois de acordo com Emília Viotti da Costa

O liberalismo brasileiro, no entanto, só pode ser entendido com referência à realidade brasileira. Os liberais brasileiros importaram princípios e fórmulas políticas, mas as ajustaram às suas próprias necessidades. (VIOTTI, 1999 p. 132)

O liberalismo no contexto maranhense coexistiu com as práticas que a ideologia combatia em outras plagas, e entre elas, estava a escravidão, sustentáculo da economia da província. De modo que as gentes do interior da província, acostumadas a uma vida simples e distante do cenário político composto pelas elites, se juntaram para defender a constituição, a religião Católica e o Imperador, isso muito tem a dizer sobre a população pobre livre e as escravizadas. Essa parte da sociedade não estava alheia às problemáticas as quais estavam expostas diariamente, no entanto, ainda havia um longo caminho até as conquistas que desejavam, e a tão sonhada liberdade.

O levante da balaiada se apoiou na defesa da religião Católica, da Constituição e do Imperador, questões bastante pontuadas no ideário bem-te-vi³, que podem ser vistas como uma oposição às ações dos cabanos. Os insurgentes dessa revolta, em grande maioria, eram trabalhadores comuns, não apenas defendendo a si mesmos e a seus familiares das atrocidades que sofriam nas mãos das elites locais, mas levantando questões importantes referentes à política da época, demarcando um lugar onde a grande maioria não tinha voz. No entanto, de acordo com Matthias Rohrig Assunção, o que foi dito a respeito destes entre os escritos

³ Os Bem-te-vis eram oriundos em sua maior parte, da população das vilas e povoados, incluíam oficiais e soldados desertores da Guarda Nacional, políticos do Ceará e Piauí, membros do partido liberal, juízes de paz, estes mantinham relações conflituosas com os cabanos, pertencentes ao partido conservador. ABRANTES, MATEUS, 2021. p 125

conservadores, os reduzia a ladrões que procuravam vingar-se, falas que tanto deslegitimavam sua causa como abriam precedentes para perseguição.

Tanto as autoridades, quanto os historiadores conservadores que escreveram os primeiros relatos da revolta, insistiam em qualificar os rebeldes de “facínoras” e negaram-lhes qualquer motivação política além da sede de rapina e vingança. (ASSUNÇÃO, 2011, p. 299)

Qualificar os revoltosos de maneira pejorativa era uma forma de invalidar suas motivações e desencorajar os levantes populares em uma província com grande população pobre e escravizada, o que não faltavam nesse período para os pobres e escravizados eram razões que motivassem núcleos de resistência. De acordo com Régia Agostinho (2013) Raimundo Gomes, Cosme Bento, Manuel Francisco dos Anjos (O Balaio) com o apoio dos bem-te-vis e de mais três mil escravos fugidos, e juntando-se a ele, vaqueiros, escravos, artesãos, chegando a 20 mil rebelados, formaram o maior movimento popular armado da província.

Importante salientar que o panorama político dos oitocentos teve outras revoltas além da Balaiada no século XIX. O que diferencia essa revolta das outras, além da sua capacidade de mobilização de pessoas livres e escravizadas e elite liberal, é o momento histórico em que se deu a revolta, a multiplicidades das demandas políticas e sociais e os diferentes posicionamentos de suas lideranças em relação a questões cruciais, como a escravização, por exemplo. Os distintos segmentos que faziam frente a esta guerra civil, podem ser entendidos por ser a sociedade maranhense bastante hierarquizada pelas classificações de cor. O desfecho dessa revolta deixou claro essas diferenças nos destinos de suas lideranças. A revolta da Balaiada deixou nítidas as fronteiras da cor e como as diferentes tonalidades influenciaram nos destinos dos indivíduos brancos, pardos, caboclos, indígenas e negros.

1.3 POPULAÇÃO, CULTURA E CONTRASTES

Os eventos que marcaram o desenvolvimento da Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão no período colonial, assim como as sublevações no pós-Independência, envolveram as populações de homens e mulheres pobres livres, de escravizados e membros da elite. Todos estes atores sociais, com realidades e perspectivas distintas, se relacionam a partir de seus lugares, sem deixar, no entanto, de serem afetados pelas dinâmicas sociais a que estavam expostos nesse convívio. Na segunda metade do século dezenove, houve queda no número de escravizados, resultante, primeiramente, de suas próprias lutas seculares contra a

sociedade senhorial, e também pelo surgimento de aparato legal concernente ao tema, estimulado a partir da lei do fim do tráfico de 1850, seguida por outros dispositivos, como a chamada lei do Ventre Livre de 1871. A abolição do tráfico veio através da lei Eusébio de Queiroz (1850), com o propósito de finalmente encerrar a comercialização de escravizados e escravizados nas rotas oceânicas, que vinha se arrastando desde a proibição estipulada (mas não concretizada) em 1832. Já a lei conhecida como do Ventre Livre, passou a vigorar a partir de 1871, tornando “ingênuos” os nascidos do ventre de mulheres escravizadas, não mais legalmente classificados como escravizados, submetidos a um regime de tutela por senhores da mãe – muitas vezes permeado por flagrantes irregularidades (MACHADO, [et al.], 2021). O crescimento das populações livres nas vilas e na capital da província, complicou problemáticas dentro das quais a sociedade estava imersa, ganhando maior densidade devido a questões socioeconômicas e políticas as quais estava permeada.

O tráfico interprovincial na segunda metade do século dezenove foi um dos processos ligados à situação econômica que teve grandes desdobramentos sociais e que marcou esta sociedade, mudou a forma como se configurava, sinalizando o desmonte econômico de setores das elites, que mantiveram um forte comércio de escravizados com as regiões cafeeiras em ascensão na tentativa de evitar a falência, de forma que uma boa parte da força de trabalho ativa foi vendida (SILVA, 2013, p. 25). Diante disso, famílias cativas foram separadas e houve queda significativa do número de escravizados no Maranhão. Para Regina Helena Martins de Faria (2012), os fatores que contribuíram para a diminuição da população de cativos no Maranhão foram o fim do “tráfico transatlântico, o tráfico interprovincial”, estes somados às manumissões, resistência dos escravizados, condições de vida precária, o processo de abolição gradual com projeto de leis e o crescente abolicionismo. Pois de acordo com Silva (2013, p. 36), a construção das liberdades dos cativos foi mediada pelos próprios escravizados, estes por todo período que durou a escravidão, nunca a aceitaram de forma passiva, buscando inúmeras maneiras de conquistar sua liberdade, inclusive fugindo. O que permite que no período entre 1821 e 1887, as populações pobres libertas ou libertas comecem a substituir os escravizados com mais constância nas lavouras e nos mais diversos trabalhos.

QUADRO 1 - POPULAÇÃO DO MARANHÃO DE 1821 A 1887

ANO	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL
1821	68.359(44,7%)	84.534(55,3%)	152.892(100%)

1841	105.147(48,4%)	111.905(51,6%)	217.054(100%)
1872	244.101(69,2%)	74.939(20,8%)	359.048(100%)
1887		33,446	

SILVA (2013, P. 28) APUD, FARIA (2012).

De acordo com Régia Agostinho (2013), o relevante declínio no número de escravizados em 1887, se deve as importantes agências emancipacionistas iniciadas em 1850, somadas ao tráfico interprovincial, resultando na queda do número de escravizados, presente nos dados acima. Segundo Faria (2012), as populações livres continuaram a crescer, seja pela incorporação de libertos, imigração de estrangeiros e migração de trabalhadores pobres livres de províncias vizinhas, sobretudo do Ceará e do Piauí, que por diversos fatores se deslocaram para o Maranhão, alguns em demanda do território amazônico, sobretudo em situações precarização e pobreza agravadas por períodos de seca (CARDOSO, 2011). Podemos perceber a partir do quadro, que entre os anos de 1821 e 1887 há uma queda no número de pessoas escravizadas, isso se deve também às lutas de resistência, com levantes e formação de quilombos, o que será acentuado a partir de 1871, como sublinha REIS (1996, p. 4). Podemos perceber que de 1841 a 1872, houve predominância de uma população livre, da qual Maria Firmina dos Reis fazia parte. Nesse universo social fragmentado pela classe e pela cor, com espaços de instrução e debate intelectual pensados exclusivamente para homens brancos, havia forte representação de uma elite provincial benquista, educada, mas ligada umbilicalmente à escravidão. Conforme descreveu Pereira do Lago⁴, um observador da época:

Os maranhenses são urbanos, francos, e hospitaleiros, amantes da ordem, das honras e distinções; obedientes, doces, sendo conduzidos por princípios de justiça, e maneiras de afabilidade, todavia, não devemos escurecer, que o habito de viver entre escravos, de receber destes, desde a infância, mais adoração, que respeito, e o abuso de lhes imporem castigos, só regulados por seu capricho, influi muito para hum certo orgulho, e insensibilidade [...] nas classes inferiores, sem educação, muito diferentes. Estes, sem ambição, nem luxo, influenciados por um clima ardente, pouco ou nada trabalham, [...] e da comunicação só com escravos, resulta também a pouca coragem e generosidade, pelo contrário, a vingança, e traição, sendo como consequência, os crimes os principais[...] (LAGO, 1822, p. 80,81)

⁴ Antonio Bernardino Pereira do Lago, foi engenheiro e coronel do Real Corpo de Engenheiro, esteve no Maranhão entre 1818-1821, durante esse tempo fez o levantamento topográfico e estatístico da província. FARIA, 2012, p 70, Apud MARQUES, 1970, p. 256-257.

A composição da sociedade do Maranhão no oitocentos foi resultado dos (des)encontro, *grosso modo*, entre portugueses, indígenas e africanos, um quadro-síntese da tendência da formação geral da demografia da nação em formação. Sob um processo de tensa concatenação étnica, social e cultural teve como resultado uma população de caboclos, mulatos, e pretos livres, escravizados ou libertos e seus descendentes, uma mistura com consequências sociais complexas devido ao colorismo resultante desse encontro, dando origem a uma população miscigenada, o que certamente causava desconforto para classe senhorial que usava de todo aparato de poder disponível, incluindo a literatura da época, para se sobrepôr culturalmente e racialmente. Não por acaso, invalidar a existência cultural de pretos, caboclos e mestiços foi um traço recorrente na cultura letrada da época.

Ao apresentar separadamente cada uma das classes, podemos observar nitidamente a intenção de Pereira do Lago de frisar as diferenças entre os sujeitos por ele descritos. Fica claro que existiam diferentes tipos de maranhenses e que as populações de cor não possuíam nem de longe as características com algum valor para sociedade civilizada. Nesse sentido, falas que indicavam a elite como detentora dos traços de civilidade, mesmo sendo escravista, eram bastante corriqueiras. Essas representações reverberam na produção de letrados por todo o século dezenove, com espaço na literatura, na imprensa, nas leis e em códigos de postura.

Os homens brancos, cultos e europeizados do Maranhão eram filhos de fazendeiros e comerciantes, estudavam preferencialmente em Lisboa, Paris, Recife, Rio Janeiro ou Salvador, considerados grandes centros para a educação das elites locais. Homens que forjariam a futura “Atenas” maranhense em contraste à esmagadora maioria de pessoas pobres e sem nenhum acesso à educação formal. De acordo com Borralho (2009), a “Atenas” maranhense se legitimou excluindo e explorando algumas camadas sociais, assim como suas expressões culturais. Sobre estes, também em tempos de revoltas pairava o mesmo sentimento de inferioridade, porém tornou-se difícil ignorar o eco histórico deixado por Raimundo Gomes, Negro Cosme, e o chamado Balaio, dentre outros personagens que se insubordinaram.

No que se refere ao mundo feminino, que apresentava características próprias dentro do patriarcalismo, a figura da mulher foi sempre apresentada como um ser a ser formado de acordo com as necessidades dos homens. Assim, é possível visualizar o lugar das mulheres brancas e das mulheres negras e indígenas; as primeiras no salão, belas e obedientes, e as outras, vistas como estúpidas e maltrajadas, sem modos, sempre ordinariamente trabalhando e servindo. Sobre as mulheres, Pereira do Lago destaca:

[...] As senhoras porém, que são huma diferente classe, e bem educadas, distinguem-se também muito pelas suas virtudes, e bom costume; em geral, são muito brancas, belas, e agradáveis, de maneiras polidas, trajando o melhor gosto da Europa, e quase todas possuindo prendas da parte agradável da educação, isto é, a dança, e música, que torna tão interessante o belo sexo, algumas há que foram educadas em Lisboa e outras em Inglaterra[...] descendo a classe das índias, mulatas, e negras quase todas disformes, estupidas, sem maneiras, sem atavio, descalças sempre, deixando a cada instante ver as marcas de indecência, e nenhum resto de pejo, andando por casa, nas ruas unicamente com saia de xita [...] há porém alguma singularidade que merecem referir-se, como nos dias festivos virem-se mulatas descalças, e ao mesmo tempo vestidas de sedas, filós, e com grandes cordões de oiro no pescoço, e cabeça, mais nada de bom gosto. (LAGO, 1822, p.81-82)

As senhoras bem-educadas, virtuosas e brancas, não podiam ser vistas de outra forma que não fosse como o “belo sexo”, designando o ideal de mulher, existente somente entre as elites, no interior dos casarões, uma espécie de modelo quase sagrado de mulher. Em outros espaços, como nas ruas, praças e feiras, estavam as escravizadas, livres e libertas não-brancas, fazendo os mais diversos trabalhos, dentro dos quais era impossível alcançar as pretensas virtudes femininas almejadas pela sociedade escravocrata.

Indígenas, mulatas e negras, de modo geral, eram vistas de modo depreciativo, como deformadas, ignorantes, indecentes e malvestidas e ainda que em raros momentos usassem algo de luxo, faltava-lhes, segundo o olhar elitista e racista da época, bom gosto. A ausência de elogios a essas mulheres, pode ser entendida aqui como uma questão que liga patriarcado e escravidão. Régia Agostinho (2013), salienta que o próprio mundo feminino era dividido, e essa diferença se expressava na forma como a mulher era vista e a posição que ocupava dentro do mundo do trabalho. Regina Helena sublinha que incomodava a elite ver negros, índios e mestiços se apropriarem de seus “códigos estéticos” quando se vestiam ricamente (FARIA, 2012, p.83).

Uma mulher livre de cor, talvez com raras exceções, podia se dar ao luxo de crescer com o mesmo status de uma mulher branca, a grande maioria além da condição jurídica de escravizada, trabalhavam nas mais diversas atividades, sendo mais comum o trabalho doméstico ou de ganho nas ruas. Definida pela etnicidade e enquadrada pelo racismo, essa estratificação era um traço da construção cultural dos letrados que formavam as classes mais ricas da província, possuindo uma dinâmica de manutenção de suas riquezas e poder através de casamentos vantajosos intraelite, segundo Antônia da Silva Mota (2007).

Essas relações permeavam os territórios da cidade de São Luís, onde na segunda metade do século XIX populações livres não-brancas eram as principais protagonistas dos

trabalhos de rua, pois não querendo alugar-se, acabavam por empreender pequenas vendas, aglomerando as vias públicas com as mais diversas atividades de ganho. A partir do século XIX, decretos da câmara municipal de São Luís, passaram a definir os chamados códigos de posturas, como o de 1866 e o de 1893, que segundo Pereira Câmara (2008, p.36), tinham como função regular a estética, a segurança e a salubridade, reconhecendo a rua como uma parte importante da socialização, onde também circulavam as riquezas, assim como trocas de ideias e os transportes. As referidas leis passaram a incidir, não por acaso, diretamente na circulação desses trabalhadores e trabalhadoras das ruas, vigiando-os e impondo ferramentas de controle de suas atividades.

A venda de legumes, peixes, aves e frutas, majoritariamente realizada por libertos, caboclos, ou escravos alugados, não poderia ser realizada na Praça do Comércio, centro econômico da primeira freguesia da cidade, sendo aplicada multa a pessoas que oferecem esse serviço. De forma ainda mais agressiva, o código também punia a construção irregular de casas cobertas de palha, sob a alegação de perigo de incêndio, empurrando toda a população pobre para os arrabaldes situados além do perímetro urbano. Aos escravos velhos e “inutilizados”, ou abandonados por seus senhores, não era permitida a mendicância pública, e reunião de mais de quatro cativos em quitanda ou casa de comércio onde se vendiam bebidas e se praticassem jogos deveria ser multada. A venda de fritura de peixe e a preparação de qualquer outro alimento nas portas das casas, como era hábito conhecido das negras ganhadeiras, também estava sujeita a multa. A realização de “batuques” ou “danças de pretos” também era proibida fora dos lugares sancionados pela autoridade, geralmente longe das áreas nobres e centrais da cidade. (JESUS, 2015, 72-73)

A forma como a cidade se configurava material e simbolicamente, destacava os pontos em que era possível perceber as diferenças e desigualdades. As populações livres trabalhadoras não eram vistas com bons olhos pelas elites, pois seus comportamentos não podiam ser intimamente controlados como se controlavam os escravizados. Exemplo disso são as freguesias onde havia concentração de pessoas pretas que eram impedidas de circular por alguns locais, segundo Matheus Gato de Jesus (2015). A população de cor era, vide a interpretação de Pereira Lago (1822), vista como uma categoria de miseráveis, cheias de vícios e com uma existência obrigatoriamente tolhida pela disciplinarização, aplicada muitas vezes através de violentos castigos físicos. Para este observador da sociedade ludovicense, não existia classe mais desprezada ou mais miseravelmente tratada, lembrando que as divisões pela cor tornavam algumas camadas dessa sociedade mais excluídas.

As categorias de cor e seus signos, que delimitaram os lugares sociais dos negros e miscigenados, faziam parte do *modus operandi* dessa sociedade escravista, incrementada a partir de meados do setecentos com a entrada de africanos no Maranhão. E o lugar que estes e

seus descendentes passaram a ocupar dentro da tessitura social e cultural estava ligado às mudanças que se relacionam aos indígenas, muitas vezes preteridos nos mundos do trabalho, e a posição destes na estrutura política colonial, como afirma Matheus Gato (2015).

Lilia Schwarcz, (1996, p. 91-97), ressalta que as universidades de Recife, São Paulo e Bahia, assim como alguns museus brasileiros, em finais do século XIX, possuíam uma linguagem científica que reverberou e respaldou essas divisões de classe. Podemos, nesse sentido, dizer que o discurso das elites intelectuais maranhenses, em parte fruto desses ambientes de letras, eram motivados pelo poder ao qual queriam se locupletar, como afirma Foucault. (1996, p. 10)

De modo que, durante toda a segunda metade do XIX é possível ver claramente demarcado o lugar que as populações negras e sua cultura ocupavam e iriam ocupar mesmo após 1888, depois dos eventos que culminaram na abolição. Na obra *Úrsula*, Maria Firmina dos Reis fez um contraponto às narrativas dos letrados, quando apresentou seus personagens, tanto brancos quanto negros, com um olhar diferente do que eram normalmente vistos, pessoas negras com certa agência, diante de uma classe senhorial violenta.

CAPÍTULO II

MARIA FIRMINA DOS REIS: ROMANCISTA, POETISA E PROFESSORA

Nascida no século dezenove, Maria Firmina dos Reis viveu em um tempo de profundas transformações políticas e sociais, tanto no contexto maranhense como nacional. Testemunhou consideráveis mudanças do mundo social escravista. Maria Firmina dos Reis foi literária do período romântico oitocentista e mestra régia, publicou quatro obras: *Úrsula* em 1859, na qual assina apenas como “Uma Maranhense”; *Gupeva*, publicado três vezes em forma de folhetim nos jornais *Porto Livre* (1861-1862) e no *Echos da Juventude* em (1865); *A Escrava* publicada em 1887 no jornal *Revista Maranhense*; e *Contos à Beira-Mar* publicado 1871. Reis colaborou com diversos jornais de sua época, a autora e suas obras foram citadas no *Diccionario Bibliographico* de 1883 de autoria de Sacramento Blake⁵, sugerindo que a autora teve um

⁵ Augusto Victorino Alves Sacramento Blake, foi médico, poeta, escritor e historiador brasileiro. Publicou vários trabalhos em periódicos da época, sua maior obra foi seu monumental *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, Publicado em sete volumes, de 1883 a 1902. Sacramento Blake – Biografia, <https://www.historia-brasil.com/bibliografia/sacramento-blake.htm>, último acesso em 14/03/2023.

considerável reconhecimento na época (Sousa, 2020, p. 11, 17). Apesar disso, sabe-se que suas obras posteriormente ficaram esquecidas por muito tempo dentro do contexto intelectual do Maranhão. Essa mulher miscigenada fazia parte da crescente camada social da população de pessoas livres não-brancas, que na segunda metade dos oitocentos já eram maioria. A autora ousou ultrapassar os limites da hierarquia existente entre as classes e o gênero desse período desenvolvendo sua intelectualidade em um meio no qual a presença masculina era predominante.

Maria Firmina dos Reis nasceu em 11 de março de 1822 em São Luís, filha bastarda de João Pedro Esteves. O dito pai, inclusive, não é citado em nenhum lugar tendo participado da vida da autora. Já sua mãe, Leonor Filipa, “molata forra”, havia sido escravizada pelo Comendador Caetano José Teixeira, um grande comerciante das praças de São Luís. A pequena Maria Firmina, segundo Adler (2018), ainda criança mudou-se para Vila de São José de Guimarães com a mãe e uma irmã para morar junto aos familiares da parte materna. Aos 25 anos tornou-se professora de primeiras letras, concursada pela província, profissão que exerceu até o fim de sua vida.

Detalhes sobre a vida da autora cada vez mais vêm sendo estudados por pesquisadores e pesquisadoras como Régia Agostinho da Silva, com uma das teses pioneiras sobre a autora, assim como outros artigos. As obras de Maria Firmina dos Reis, têm alcançado grande público leitor, de acordo com Zahidé Muzart (2018, p 25), nos últimos anos houve um renascimento dos estudos sobre Maria Firmina dos Reis, e isso se deve bastante às intervenções do movimento negro e as pesquisas sobre “Mulher e Literatura” da ANPOLL.⁶ Nesse sentido, as pesquisas sobre a autora tendem sempre à novas descobertas feitas no extenso acervo histórico maranhense, de forma que com o passar dos anos, novos dados vão sendo acrescentados e possíveis dúvidas sobre sua biografia elucidadas.

Zahidé Lupinacci Muzard comenta que o fato de Reis ter ficado esquecida pode estar relacionado com sua escrita sobre as relações escravistas, a sua crítica às injustiças vividas por pessoas negras, muito ressaltadas em sua narrativa, tanto em *Úrsula* como em *A escrava*. (MUZART 2018, p. 34).

Maria Firmina pode ter tido pouco acesso aos livros, como podemos perceber, quando ela escreve, “com uma instrução misérrima” ou mesmo quando declara sobre a sua “educação acanhada”, REIS (2018, p.12). Ela vinha de família com poucas posses que morava em uma

⁶ ANPOLL-Associação Nacional de Pós graduação e pesquisa em letras e linguística.

vila do interior, certamente enfrentando as limitações sociais que sua condição de mulher e negra deviam implicar. Ainda assim, era atenta aos acontecimentos de seu tempo, à forma que as pessoas negras eram vistas pela classe senhorial, de forma desumana e sem uma identidade, ou como o patriarcado era extremamente violento com mulheres e escravizados. Maria Firmina dos Reis foi professora de primeiras letras concursada, estabelecendo-se mais tarde também como romancista e poetisa, aos 37 anos.

A autora transpôs seu lugar de fala - socialmente delimitado por sua condição de gênero e de cor – e construiu uma escrita cheia de subjetividades. Foi a primeira autora do romantismo a representar na sua narrativa os negros escravizados com certo protagonismo e de forma humanizada, principalmente em *Úrsula e A Escrava*.

2.1 EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO NO MARANHÃO NO TEMPO DE MARIA FIRMINA

O maranhão oitocentista como já foi dito, foi uma sociedade marcada pelo dinamismo escravista, possuindo assim, uma sociedade, como bem explica Matheus Gato de Jesus, “hierarquizada”, o que fez com que sua elite fosse sempre beneficiada politicamente e socialmente, com o restante da população de livres pobres, pretos, indígenas, caboclos e escravizados à margem.

É importante pontuar aqui o processo de estruturação da educação maranhense por duas razões. Primeiro porque foi nesse contexto que Maria Firmina dos Reis construiu sua intelectualidade, dentro de uma conjuntura em que a maioria das pessoas negras livres, mestiças e libertas não tinham acesso à educação, e, segundo, por Reis ter conseguido concluir seus estudos e ter alçado à condição de professora de primeiras letras na difícil época oitocentista. Réis, enquanto mulher e mulher negra, nascida nas primeiras décadas do dezenove, teve que enfrentar as dificuldades de estar mergulhada nesse contexto, enfrentando as dinâmicas sociais e carências para ter uma boa educação. A educação da mulher no Brasil do período colonial até a segunda metade do século dezenove esteve sob o controle social estrito do patriarcado. Nesse mundo de ideias e leis feitas por homens legitimaram-se meios que reduziam o espaço de atuação da mulher à esfera do lar.

Quando observamos as particularidades da vida de Maria Firmina, logo nos perguntamos como a filha de uma mulher “molata forra” tornou-se uma intelectual? Elizabeth Abrantes (2003) afirma que a educação para as mulheres possuía características conservadoras,

nesse sentido, havia um tipo específico de mulher que era educada, essa mulher desenvolvia determinados comportamentos, estes deveriam contribuir para o aprimoramento não apenas das suas funções domésticas mais para manutenção daquela sociedade. Abrantes (2003) pontua que,

A educação feminina no Brasil, desde os tempos coloniais, desempenhou uma função conservadora, reproduzindo os mecanismos de controle da sociedade paternalista a fim de legitimar a submissão da mulher e restringir seu espaço à esfera privada do lar [...]até meados do século XIX, a educação das mulheres ainda se baseava na dicotomia entre educação e instrução, em que aos homens se instruía para desenvolver a inteligência e às mulheres se educava para desenvolver o caráter. Na segunda metade desse século, já eram mais visíveis nos principais centros urbanos algumas mudanças nos costumes e mentalidade coloniais no que se refere à situação da mulher, especialmente as das camadas sociais mais elevadas.[...]Essas mudanças estavam relacionadas tanto ao crescimento urbano com suas novas formas de sociabilidade, quanto às aspirações das elites em adequarem-se aos padrões culturais e civilizatórios europeus, o que correspondia a uma necessidade de maior iniciação das mulheres nos conhecimentos elementares da cultura erudita (ABRANTES 2003, p. 1)

Com as mudanças ocorridas a partir da segunda metade do oitocentos, em que a estrutura urbana alcançou certo desenvolvimento e novas formas de socialização, as mulheres do contexto social das elites passaram a contar com colégios particulares, aulas de dança, aulas de música e língua estrangeira, (ABRANTES, 2003, p.1). No entanto, apesar dessas mudanças, debater as problemáticas sociais da época não era algo que cabia ao “belo sexo” nem mesmo estava ao alcance da educação pensada pra mulheres, inclusive para as poucas que tinham o privilégio de serem encaminhada ao mundo das letras. A instrução que desenvolvia a inteligência, era um privilégio masculino e das elites, sendo, portanto, mais uma das significativas diferenças, que legitimava as estruturas de poder locais. Mesmo na segunda metade do século XIX, quando ocorreram algumas mudanças dentro das estruturas educacionais motivadas pelo crescimento urbano e pela inserção dos padrões culturais europeus, foram as mulheres das classes mais abastadas que se beneficiaram, Natália Lopes de Souza (2020), sublinha, nesse sentido, que,

Para o caso maranhense com a sociedade em sua maioria analfabeta, a instrução permeava apenas os mais altos segmentos sociais nos anos iniciais do século XIX. Deste modo, o Maranhão oitocentista era marcado por uma minoria branca e letrada, e, por um contingente populacional de negros, índios e homens livres pobres iletrados. (SOUZA 2020, p. 31)

A estruturação da educação oficial, voltada para as classes mais abastadas, em geral se dava no interior dos sobradões, com auxílio de tutores. Considerando a precariedade e inexistência de uma educação formal consolidada no Maranhão na primeira metade do século

dezenove, certamente Firmina deve ter recebido um conhecimento sólido no seio de sua própria família, (MUZART, 2018, p. 28). A estruturação da educação formal oitocentista só foi regulamentada com a lei de 15 de outubro de 1827, referente a implementação do ensino público no Império. A lei propôs a criação de escolas e formas de avaliar os professores a serem contratados, além da educação feminina. (SOUZA, 2020, p. 30). A partir dessa lei criou-se escolas de primeiras letras para o sexo masculino e feminino, assim como se fixou como deveriam ser aulas e o caráter dos mestres e mestras, porém, essas medidas só foram colocadas em prática dez anos depois. No caso das mestras, estas deveriam ser de conduta inquestionável na sociedade. (ABRANTES, 2003, p. 2). Nessa conjuntura, os jornais oitocentistas tiveram grande importância, pois sempre traziam debates sobre a educação feminina, demonstrando a necessidade de uma instrução adequada para mulheres maranhenses, pois apesar de serem aprendidas, supostamente possuíam dificuldades para diálogos mais intelectualizados. De acordo com Kelen Benfenatti Paiva, os textos dos jornais explicavam que o público feminino precisava que lhes explicassem certas leituras, pois não eram consideradas aptas às leituras mais intelectualizadas. (PAIVA, 2018, p. 163)

Nessa perspectiva, podemos perceber que Maria Firmina dos Reis, apesar dos entraves referentes à oferta de educação feminina, na primeira metade do século dezenove, conseguiu ter uma instrução que facilitou sua circulação nos ambientes da docência, em jornais e na literatura. A autora caminhou na contramão do que era esperado, pois mesmo mulheres da elite, tiveram pouca projeção nas letras, muitas delas circulando apenas em bailes, teatro e poucas escolas. Esse é o mesmo contexto social em que Maria Firmina dos Reis tornou-se intelectual. Nesse meio, alguns jornais já denunciavam a incipiente educação para mulheres no oitocentos:

O jornal “A Sentinella”, de 04.11.1855, comentava que a conversa das moças maranhenses versava somente sobre modas, vestidos, cosméticos, cabelos, bilhetes amorosos, o último baile, não possuindo cabedal científico para tratarem de outros assuntos como literatura, música, pintura. Já “O Artista”, de 08.11.1868, considerava que as mulheres em si representavam um fraco papel no sistema social, e sua instrução só era necessária porque “as mulheres são as mães dos homens, que uma Cornélia gera e educa três Gracos, e que os filhos vão em geral à sociedade imbuídos das idéias, das virtudes e dos vícios de suas mães”. (ABRANTES, 2003, p. 1-2)

Os jornais de todo país se dividiam em vertentes que eram contra e a favor de uma melhor educação para mulheres, (PAIVA, 2018, p. 161). Na segunda metade do dezenove, mesmo ainda existindo uma “dicotomia entre educação e instrução”, conforme destaca Abrantes (2003), o espaço educativo para meninas e meninos se ampliou, e a existência de

instituições públicas e privadas foi aos poucos mudando o cenário. Não que as grandes populações pobres, livres e libertas, como maioria que eram, tivessem alcançado tais acessos, mas passaram a existir alternativas em instituições mantidas com recursos públicos.

Nesse contexto, foram criadas em São Luís duas instituições para meninas desvalidas que também eram frequentadas pelas jovens das classes mais altas, sendo este o Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios, que em meados de 1850 passou a receber, segundo Souza (2020), mulheres por diversas razões, entre as quais estavam, mulheres casadas, órfãs, viúvas, filhas insubmissas, educandas e professoras, função semelhante ao do Asilo Santa Teresa. O Recolhimento foi criado em 1751 pelo jesuíta Frei Malagrida, visava a educação civil, moral e religiosa das meninas recolhidas, além de ministrar lições de primeiras letras e prendas domésticas, as quatro operações matemáticas e a doutrina cristã. O Asilo Santa Teresa, fundado em 1855, abrigava meninas pobres, órfãs e expostas da Santa Casa de Misericórdia, recebia também ocasionalmente jovens socialmente bem colocados como pensionistas particulares. O Asilo iniciou seu trabalho com 40 pensionistas da província. Em um relatório da direção dessa instituição em 1869, há menção a 127 menores desvalidas, que eram mantidas com recursos do governo, e desse total 6 haviam falecido, 10 haviam se casado e outras 35 voltaram para casa de seus pais, tutores ou parentes, permanecendo no Asilo 76 jovens, (ABRANTES, 2003 p.3). No caso das internas particulares, que eram 23, 17 voltaram para casa de seus pais e 6 permaneceram no Asilo. O Santa Teresa já havia entregue à sociedade 62 moças solteiras e casadas, sendo todas elas educadas a partir dos seus princípios, que priorizavam uma educação mais voltada para a formação da mulher do lar, capaz de gerenciar sua própria casa. (ABRANTES, 2003, p. 3).

Mesmo que a demanda por educação houvesse melhorado com a criação de escolas para o sexo feminino, eram visíveis as desigualdades numéricas relativas ao número de escolas e frequência de meninas e mulheres no ambiente escolar, no período de 1857 a partir do relatório do presidente da Província Antônio Alves de Sousa Carvalho, podemos verificar a partir dos dados a seguir, que é maior o número de alunos do sexo masculino nos ambientes de aprendizagens dessa época.

QUADRO 2: ENSINO PÚBLICO E PARTICULAR NA PROVÍNCIA

Escolas de 1º grau primárias em toda a Província	
masculino	60

feminino	40
Total	100
Ensino público 2º grau primário	
Escolas/Masculino/capital	3
Escolas/Masculino/interior	5
Ensino de 1º grau primário particular	
Escolas/meninos	11
Escolas/menina	5
Total	16
Ensino de 1º grau secundário particular com total de 842 alunos	
Escolas/masculino/capital	4
Escolas/feminino/capital	4
Vila de São Bento/ interior	1
Total	9
Frequência das escolas públicas primaria do interior	
Masculino	2.113 alunos
Feminino	661 alunas
Frequência das escolas de 1º grau primário particular	
Masculino	564 alunos
Feminino	399 alunas
Frequência do 1º grau secundário publico	
Liceu Maranhense	156 alunos ⁷

(ABRANTES 2003, p. 2)

Elizabeth Souza Abrantes ressalta, a inexistência de escolas públicas secundarias para o sexo feminino nesse período, existindo apenas os particulares, com ensino ainda pautado no modelo de educação para vida doméstica, Santos (2015, p. 65), também afirma, que esta educação “limitada” preparava as mulheres para cuidarem do lar ou buscarem o magistério.

⁷ Foi criado em 1838, através da lei 77/1838. Conferir: SOUZA, 2020.

Durante a consolidação dessa nova estrutura de ensino, em funcionamento à época do desenlace da educação formal de Maria Firmina dos Reis, não foi encontrado registro de sua passagem por nenhuma escola, o que pode indicar que sua ilustração foi autodidata ou com ajuda de algum parente próximo. (SOUZA, 2020, p. 35- 66). Nessa época, a autora também se tornou professora de primeiras letras na Vila de Guimarães, e se dedicou por toda a sua vida a essa profissão, e depois de aposentar, contrariando os ditames da época, ela abriu uma aula mista de meninos e meninas em Maçaricó, termo de Guimarães, conforme analisado por Sousa (2020) e Diogo (2016). A autora, certamente com ousadia, encarou as dificuldades e tensões existentes na conjuntura maranhense para mulheres de sua condição. O legado dessa mestra, tanto na educação quanto no mundo da escrita, mostrou sua preocupação com a exclusão dos sujeitos dentro das dinâmicas sociais. Apesar da dificuldade em reconstituir o processo de instrução de Maria Firmina dos Reis, sabemos que a autora teve acesso a boas leituras. Para Paiva (2018, p. 167) parte de sua educação e ilustração pode ter dependido do seu próprio empenho.

2.2 A PROJEÇÃO DE MARIA FIRMINA DOS REIS COMO UMA MULHER LETRADA

A partir do complexo processo que levou à independência no Brasil, culminando em 1822, foi sendo constituído um lento e disputado enredo de criação da nação, tanto em termos de organização das estruturas do Estado como em matéria de suas representações e símbolos tidos como nacionais. Nesse contexto, a geração romântica⁸ e seus escritos literários, foram parte do processo que ajudou a consolidar a ideia de unidade da nação, foi, como sublinha Rezende o “equivalente espiritual”, posto que estava somada às estruturas políticas e econômicas responsáveis por dar novos contornos simbólicos e ideológicos à nação, (REZENDE, 2007, p. 79).

No Maranhão, como já dito anteriormente, houve diversas transformações ao nível econômico, político e social. Houve, inclusive, reformas na educação, principalmente na instrução para mulheres. Foi ainda na primeira metade do dezenove que Maria Firmina dos Reis

⁸ Geração romântica aqui se trata do “grupo maranhense”, composto por Antônio Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa, Francisco Sotero dos Reis e Manoel Odorico Mendes, literatos da primeira geração do romantismo, com grande projeção tanto no Maranhão como no Brasil. Sendo Dias o principal consolidador desse movimento, o poeta foi responsável por consolidar o Maranhão como “terras de poetas”. Conferir: REZENDE, 2007. pp. 76-84.

tornou-se professora de primeiras letras, e em 1859, publicou sua primeira obra, Úrsula, começando a colaborar com diversos jornais, sendo celebrada como escritora. É importante ressaltar aqui a projeção de Reis no cenário literário do Maranhão oitocentista, pois como argumentam, Mariléia dos Santos Cruz, Érica de Lima de Matos e Ediane Holanda Silva:

[...] houve mulheres que, embora submetidas às limitações do seu tempo, sofrendo as consequências de uma condição subjugada, souberam reverter tais processos marcando a história nacional com feitos e atuações sociais, para as quais só se esperava a participação masculina. [...] Por muito tempo as mulheres lutaram para obter uma educação igualitária. Entretanto, na sociedade patriarcal do século XIX foram consideradas apenas como objeto ou sexo frágil, denominado “belo sexo”, do qual não se esperava mais do que a submissão aos seus maridos. Contudo, a história oficial ainda carece de considerar o protagonismo social de muitas mulheres que romperam barreiras sociais por meio de práticas que negaram a condição inferior a que foram relegadas. (CRUZ; MATOS; SILVA, 2018, p. 152)

Maria Firmina dos Reis, se enquadra nessa singularidade, pois sendo mulher e negra alcançou lugares inimagináveis para a maioria das mulheres de sua época. Foi educada e instruída, quando mal existiam escolas para o sexo feminino. Reis passou em concurso para professora de primeiras letras, publicou obras e esteve presente no cenário literário e na imprensa da segunda metade do século dezenove.

Dito isso, vamos entender as implicações desses fatos dentro de uma conjuntura intelectual majoritariamente masculina, em que a capital da província era considerada a “Atenas” brasileira. Segundo Rezende (2007), o período romântico possuiu uma relação com os eventos de 1822, pois é a partir desse momento que os indivíduos vão se expressar em relação ao seu papel social dentro do contexto político da nação. Nesse novo momento em que a nação se projetava independente, Maria Firmina dos Reis “extrapolou a imagem de simples dona de casa sem voz”, conforme assevera Cruz Matos e Silva (2018, p.156). De acordo com Rafael Serra Rezende a construção simbólica de São Luís como “Atenas” brasileira coube ao grupo de literatos maranhense formado por Gonçalves Dias⁹, Odorico Mendes¹⁰, João Francisco Lisboa¹¹

⁹ Gonçalves Dias foi um dos maiores símbolos do movimento romântico brasileiro, de acordo com Marisa Lajolo (2016, P. 34) foi um homem mestiço, filho de pai português e de mãe filha de índio e negro. LAJOLO, Marisa. O preço da leitura: Gonçalves Dias e a profissionalização de um escritor brasileiro oitocentista. MOARA–Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras - UFPA, v. 1, n. 21, p. 33-48, 2016.

¹⁰ Manuel Odorico Mendes, nasceu em São Luís em 24 de janeiro de 1799, faleceu em Londres em 1864, foi publicista, poeta, mestre das línguas clássicas e um dos precursores do romantismo no Brasil. <https://academiamaranhense.org.br/patronos/>, em 05/05/2023, às 13:53 horas.

¹¹ João Francisco Lisboa, nasceu em Pirapemas-Ma em 22 de março de 1812 e faleceu em Lisboa em 26 de abril de 1863, foi político, orador, advogado, historiador, escritor e jornalista. <https://academiamaranhense.org.br/patronos/>, em 05/05/2023, às 13:53 horas.

e Sotero dos Reis¹², esses homens de letras cumprindo o que se esperava da elite letrada, foram responsáveis em parte pela atmosfera intelectual oitocentista ludovicense, constituindo estreitas relações com a literatura clássica, interpretando e traduzindo grandes obras literárias, criando o ambiente intelectual do romantismo da alentada “Atenas”, base do construto ideológico do que passava a ser o Maranhão no nascente contexto nacional do século dezenove.

Silva (2017) sublinha que, Reis já professora pode ter ido à São Luís várias vezes em busca de fontes de conhecimento. Por ser a capital um celeiro cultural, se mantinha atualizada sobre seus ambientes intelectuais da época. Levando em conta o contexto histórico e as dinâmicas sociais as quais estavam expostas as mulheres, principalmente mulheres negras e miscigenadas na sociedade oitocentista, podemos perceber que Maria Firmina dos Reis fez um percurso incomum, ela foi instruída ou se instruiu, já que a maioria dos pesquisadores relatam que ela pode ter sido autodidata, aprimorando seu conhecimento com esmero.

Adler (2014), ressalta que Firmina, mesmo diante das adversidades certamente enfrentadas em sua formação, não desistiu, não se recolheu, e com ousadia construiu uma obra cheia de significado, que não foi valorizada pela história literária, conforme assevera Rezende (2007), mas recebeu nos dias de hoje toda a atenção merecida, bastante lida por pesquisadores e pesquisadoras dos escritos de pessoas negras e também pelo grande público. Voltando ao século XIX, sabe-se que a escritora publicou em muitos jornais do século dezenove, mostrando que teve uma escrita ativa e bem aceita em seu tempo, isso nos faz questionar o ostracismo que Firmina ficou durante tanto tempo.

QUADRO 3: TIPOGRAFIA / JORNAL

Ano	Publicação	Tipografia/Jornal
1859	<i>Úrsula</i> (romance)	Tipografia do Progresso
1861	Poemas	A Verdadeira Marmota
—	Poemas	Jardim das Maranhenses
—	Charadas	A Verdadeira Marmota

¹² Francisco Sotero dos Reis, nasceu 22 de abril de 1800 e faleceu em 10 de março de 1871 na mesma cidade, foi gramático, filólogo, parlamentar, publicista, poeta e professor. <https://academiamaranhense.org.br/patronos/>, em 05/05/2023, às 13:53 horas.

—	Charadas, publica pela primeira vez o Conto indianista <i>Gupeva</i>	Jardim das Maranhenses
—	Poemas	A Verdadeira Marmota
1862	Poemas	A Verdadeira Marmota
1863	Charadas, república <i>Gupeva</i>	Porto Livre, Almanaque de Lembranças Brasileira
1865		
—	Poema	Porto Livre
—	Poemas, publica mais uma vez o Conto indianista <i>Gupeva</i>	Echo da Juventude
1867	Poemas	Semanário Maranhense
1868	Poemas	Almanaque de Lembranças Brasileira
—	poema	Semanário Maranhense
1871	Poesias, <i>Cantos a beira mar</i>	O Publicador Maranhense
1872	Um artigo das minhas viagens – páginas íntimas	O Domingo
1865	poema	O Paíz
—	poema	Revista Maranhense
1887	O Conto <i>A escrava</i>	Revista Maranhense
	poema	O Diário do Maranhão
1889	Poema	A Pacotilha
1897	Poemas	A Pacotilha
1900	poemas	O Federalista

(SILVA, 2017, p.47-49)

A autora escreveu sua primeira obra assinada apenas como “Uma Maranhense”, seu primeiro poema foi assinado com as iniciais M.F.R, (SILVA, 2017, p. 32-47). De acordo com Adler (2018), a recepção de Maria Firmina dos Reis na literatura maranhense foi acalorada, nesse momento, no entanto, posteriormente seu nome ficou esquecido, e só veio a luz novamente quando Nascimento de Moraes Filho, seu principal biógrafo, que encontrou um exemplar de *Úrsula* com Horácio de Almeida, em 1975 reuniu os fragmentos literários de Reis, conforme assevera Silva (2013).

Só a partir desse momento que podemos perceber o quanto Firmina teve uma vida literária movimentada na imprensa de São Luís. Silva (2013) afirma que no Brasil do século XIX publicar versos era um sinal de distinção. Para Reis, figurar nesta posição certamente lhe conferia algum destaque, já que a maioria da população era analfabeta e o ambiente das letras era considerado um divisor de águas entre as classes e os gêneros. No entanto, para as mulheres ainda que letradas, seus posicionamentos e ideias eram apenas tolerados. Considerando o contexto patriarcal oitocentista, Reis pode ser considerada uma transgressora.

O romance *Úrsula*, primeira obra da autora, apareceu nas páginas dos jornais da segunda metade do oitocentos, e Firmina e sua obra foram bastante celebradas, cabe enfatizar aqui as particularidades desse trânsito da escritora nesse meio social, considerando, como já foi dito, a sociedade escravista em que vivera. Maria Firmina dos Reis foi uma exceção à regra, devido à sua condição de cor e poucos recursos, (ZIN, 2018, p. 189). A autora foi considerada por aqueles que compartilhavam do universo das letras como uma mulher erudita e muito popular, como podemos ver nesse texto do jornal *A Verdadeira Marmota* do dia 13 de maio de 1861:

Raro é ver o belo sexo entregar-se a trabalhos do espírito, e deixando os prazeres fáceis do salão propor-se aos afãs das lides literárias. Quando, porém, esse ente forma o encanto da nossa peregrinação na vida, se dedica às contemplações do espírito, surge uma Roland, uma Stael, uma Sand, uma H. Stowe, que vale cada uma delas mais do que bons escritores; porque reúne à graça do estilo, vivas e animadas imagens, deliciosos quadros, e esse sentimento delicado que só o sexo amável sabe exprimir.

Se é, pois, cousa peregrina ver na Europa, ou na América do Norte, uma mulher, que rompendo, o círculo de ferro traçado pela educação acanhada que lhe damos, nós os homens, e indo por diante e de preconceitos, apresenta-se ao mundo, servindo-se da pena e tomar assento nos lugares mais proeminentes do banquete da inteligência, mais grato e singular é ainda ter de apreciar um talento formoso, e dotado de muitas imaginações, despontado em nosso céu do Brasil, onde a mulher não tem quase educação literária, onde a sociedade dos homens de letras é quase nula. O aparecimento do romance “*ÚRSULA*” na literatura pátria foi um acontecimento festejado por todo o jornalismo, e pelos nossos homens de letras, não como por indulgência, mas como

homenagem rendida a uma obra de mérito. (MORAIS FILHO, 1975, Apud CRUZ; MATOS; SILVA, 2018, p. 157)

Régia Agostinho da Silva afirma que apesar dos elogios à autora, nada é dito a respeito da sua obra, possivelmente porque a temática do romance tinha um conteúdo político “incômodo”, sobre a sociedade escravista (SILVA, 2013, p. 90). Maria Firmina dos Reis aparece nas páginas do jornal *O Jardim das Maranhenses* na época da publicação do Conto Gupeva, onde sua obra é apresentada reverberando a distinção da autora quanto mulher de letras,

Existe em nosso poder, com destino a ser publicado no nosso jornal um belíssimo e interessante ROMANCE, primoroso trabalho da nossa distinta comprovinciana, a Exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis, professora pública da Villa de Guimarães; cuja publicidade tencionamos dar princípio do n. 25 em diante. Garantimos ao público a beleza da obra e pedimos-lhes a sua benévola atenção. A pena da Exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis já é entre nós conhecida; e convém muito aclamá-la, a não desistir da empresa encetada. Esperamos, pois a vista das razões expedidas, que nossas súplicas sejam atendidas, afiançando que continuaremos no nosso propósito: sempre defendendo o belo e amável sexo quando injustamente for agredido (*O jardim das Maranhenses*, 30 set. 1861, p.1). (CRUZ; MATOS; SILVA, 2018, p. 156)

Maria Firmina dos Reis participou ativamente dos ambientes intelectuais, colaborando com vários jornais e publicando suas obras, e mesmo tendo sido bem recebida e demonstrado talento e habilidade em sua escrita, superando inúmeros obstáculos sociais reservados à mulher, negros e seus descendentes, foi mencionada em alguns momentos com distinção em periódicos. Contudo, ficou por muito tempo esquecida posteriormente, no que pode ser chamado, de acordo com Rafael Balseiro Zin, de “silenciamento ideológico” feito por aqueles que conduziam os ambientes intelectuais brasileiros (ZIN, 2018, p. 190-191). Passando anos ausente, sob o véu desse esquecimento ou nas palavras de Reis “indiferentismo glacial”, atualmente a autora é considerada pelos seus estudiosos como, Zahidé Lupinacci Muzart, Cristina Ferreira Pinto-Bailey, Eduardo Assis Duarte, Geraldo Ferreira da Silva, Régia Agostinho da Silva, Rafael Balseiro Zin, Dilecir Aragão Adler, Maria Helena Pereira Toledo Machado e muitos outros, seja no campo histórico, sociológico ou literário, como a primeira romancista brasileira a tratar sobre a temática da escravidão. Reis é certamente, de acordo com Duarte (2018), aquela que inicia a literatura afrodescendente no país, e é consenso entre os autores citados nessa pesquisa o pioneirismo de sua escrita abolicionista.

CAPÍTULO III

A ESCRITA FIRMINIANA

Este capítulo vai tratar sobre as obras, a escrita abolicionista e as representações da escravidão nas narrativas da autora Maria Firmina dos Reis, assim como suas nuances. O discurso firminiano é caracterizado por tratar de temas sensíveis, como escravidão e mulheres. Reis com sua obra *Úrsula*, de 1859, considerada o primeiro romance abolicionista do Brasil, segundo Muzart (2018, p. 28), e com seu conto *A Escrava*, de 1887, igualmente uma obra considerada abolicionista, congrega características muito importantes para entender o pensamento social de uma representante feminina no panorama intelectual maranhense, eminentemente masculino. De acordo com Maria Helena Pereira Toledo Machado, a autora,

Maria Firmina surge como precursora do romance abolicionista, [...] mais que precursora, foi representante maior do gênero desconhecido no país, o da literatura abolicionista, que expunha os horrores da escravidão sem transferir para as costas de escravos e escravas todos os males da sociedade escravista. (MACHADO, 2019, p. 94)

Essa concepção sobre a obra de Reis parte de análises de outras obras que antecederam o período de 1850, percebeu-se que a presença de personagens negros e negras além de praticamente não existirem, quando aparecem, emergem na cena apenas de forma superficial. Zin (2018), sublinha que a obra *A escrava* representou a maturidade literária de Reis, diferentemente de *Úrsula*, que foi publicada em um momento que a causa abolicionista ainda não havia sido devidamente apropriada pela literatura. Ao redigir *Úrsula* e outras obras, trilhou um caminho incomum para uma mulher da época e muito mais para uma mulher em sua posição social.

Dito isso, vamos tentar abordar a interessante forma como Firmina inseriu o tema da escravidão a partir de meados de 1859 em suas obras. De acordo com Faria (2012), é consenso pela historiografia nacional que os processos abolicionistas foram iniciados em várias frentes, por meio de políticas que previam o fim da escravidão de modo gradual, e também pelas diversas formas de resistência contra a escravidão empreendidas pelos próprios cativos, com vestígios de que a sociedade, em termos formais, já se empenhava em questões abolicionistas desde 1850, e isso pode ser visto também a partir da prosa e do verso, quando o abolicionismo teve uma projeção maior, principalmente através da imprensa, como comenta Faria (2012, p. 192). As entidades com propósitos abolicionistas apareceram a partir de 1860 em São Luís, e

também no interior, em vilas como Coroatá, Barra do Corda e Brejo, agindo sempre dentro daquilo que a lei permitia para conceder alforrias aos escravizados (Faria 2012, p. 193). Podemos observar então, que Firmina, em sua escrita, ao colocar questões que iam ao encontro do tema da escravidão, como assevera Nascimento (2018, p. 130), demonstrava na construção de seus personagens sua identificação cultural com a questão do cativo, expressa através na estética do período romântico. Suas obras, principalmente *Úrsula* e *A escrava*, foram permeadas por representações de pessoas negras escravizadas. De acordo com Pesavento (2006, p. 49), entende-se que representações têm base na elaboração de ideias sobre a realidade que são traduzidas em imagens, práticas ou discursos, qualificando e orientando o mundo a partir da forma de olhar tais imagens e de sua percepção social. Nesse sentido, as percepções de Maria Firmina dos Reis sobre a sociedade escravista deram à autora uma obra cheia de representação dos sujeitos que a compunham, principalmente dos escravizados e mulheres mães, que certamente a sensibilizaram e orientaram seu olhar à época. Reis também recorria ao sentimento religioso cristão para falar das relações de fraternidade dentro de sua escrita, “Tal tema encontra-se camuflado na relação amorosa entre homem e mulher que deve ser companheira, fiel e eterna; e numa convivência parceira, fraterna e cidadã entre negros e brancos”. (SILVA, 2018, p. 312). Essa temática fica nas entrelinhas do romance *Úrsula* e do conto *A Escrava*.

Nas primeiras páginas de *Úrsula* a autora cita Deus de diversas maneiras, “Deus”; “Senhor”; “Criador”; “Ele”; “Supremo Autor”, sempre trazendo à tona a beleza da criação. Podemos entender, seguindo sua narrativa, que além da natureza fortemente exaltada no período romântico, os homens também faziam parte dessa criação, portanto, deviam viver em harmonia uns com os outros. Ao usar o discurso religioso da elite dominante para trazer o tema da fraternidade, Firmina foi delineando sua narrativa sobre a importância da liberdade negada aos escravizados. Geraldo Ferreira Silva comenta que,

A voz de Maria Firmina dos Reis expressa crença em um Deus venerado pelos exploradores do seu povo. Parece estranho, ela sendo negra e antiescravagista não pedir proteção e nem mencionar nenhum Deus ou Santo das religiões de matriz africana em sua trama. É neste ponto que ela crê na sua argumentação de pregar as premissas de Deus, da partilha e do perdão, no sentido de convencer os seus leitores à conversão ao verdadeiro cristianismo e, conseqüentemente, mudar o comportamento destes de exploradores para um relacionamento fraterno[...]. SILVA, 2006, P. 84

A autora recorre a religiosidade também tentando sensibilizar a sociedade escravocrata extremamente católica (Silva, 2006, p. 312). Reis não procurou com isso reafirmar ideologias dominantes, e de acordo com Fernandes (2010), sua escrita ainda que dentro dos limites

aceitáveis para o patriarcado católico, tinha um tom de protesto contra as opressões vividas pelas vítimas da escravidão. Para Duarte (2018, p. 55), Reis soube avaliar o impacto da literatura e seu poder na formação das opiniões sobre suas obras.

Assim, a construção do seu texto, que tem como protagonistas pessoas brancas, introduziu questões relacionadas à liberdade dos negros e negras, principalmente na fala dos próprios personagens negros. O romance *Úrsula* é definido por Régia Agostinho Silva (2013, p. 158), como antiescravista, e por Geraldo Ferreira Silva (2016, p.60) como antiescravista/abolicionista. De acordo com Régia Agostinho, no período de 1850 a 1860, ainda não existiam movimentos sociais consolidados pró-abolição, a partir disso podemos perceber que diferente do conto *A escrava*, em que Reis usa o termo abolicionista, no romance *Úrsula* esse termo não está explícito. No entanto, as representações contidas no romance com a presença de negros e negras sugere o antiescravismo de Maria Firmina dos Reis, pois sobre representação, Pesavento salienta que,

Representações são presentificações de uma ausência, onde representante e representado guardam entre si relações de aproximação e distanciamento [...] os homens elaboram ideias sobre o real, que se traduz em imagens, discurso e práticas sociais que não só qualificam o mundo como orientam o olhar e a percepção sobre a realidade. (PESAVENTO, 2006, p. 49)

Rezende (2007, p.71), nos fala sobre as possibilidades dessas representações tornarem possíveis ao discurso literário tratar sobre algo sem necessariamente dizê-lo de forma objetiva. Já para Sevcenko (1999, p. 20), todo escritor possui uma liberdade condicional de criação, para esse autor, as motivações, valores, normas, assim como a revolta são uma sugestão social do seu tempo, e é disso que eles falam.

3.1 REPRESENTAÇÕES EM ÚRSULA

Publicado em 1859, *Úrsula* é um romance que pontua os desencontros e as decepções, com final trágico, num enredo romântico que se desenrola em torno dos personagens Úrsula, a jovem donzela, e Tancredo, o jovem bacharel em direito, ambos brancos. Os dois se conhecem a partir do acidente do jovem, quando o escravo da família o leva para casa da donzela para se recuperar. Ao conhecerem o jovem bacharel e o escravizado iniciam uma profunda amizade, o que segundo Duarte (2018, p, 58), é inédito em toda literatura do país desse período, com um tipo de interação em que um branco trata um escravizado com proximidade.

A história vai se desenvolver, partindo dessa amizade. Tancredo conhece a jovem protagonista, e nesse ponto, entra em cena a mãe de Úrsula com sua dramática narrativa, que envolve seu irmão rico e temível senhor de escravo Fernando P., vilão do romance. Os demais personagens incluem ainda a família de Tancredo, o pai “carrasco” de sua mãe e Adelaide, sua prima, que partiu seu coração se casando com seu pai após a morte de sua mãe. Luiza B, mãe de Úrsula e senhora dos personagens escravizados, Preta Susana e Túlio, núcleo que vai trazer representação de negros para enredo do romance. O cenário social está inscrito no contexto da escravidão, (ANDRETA; ALÓS, 2013, p. 196). E foi destacada pela escritora, a partir dos personagens Túlio, Preta Suzana e o velho escravizado Antero, de propriedade de Fernando P., suas ligações com o continente africano. Suzana e Antero através da memória, e Túlio, de seu sangue, sua ancestralidade (REIS, 2018). Pelo que foi exposto, certamente existem muitos pontos a serem explorados na narrativa da nossa autora, mas nesse estudo, vamos priorizar narrativas dos personagens escravizados dentro do romance.

As representações de escravidão contidas no enredo de *Úrsula* apresentam-se através dos personagens Túlio, Suzana e Antero, como sujeitos de sua própria história, representados na obra com espaço para que seus valores e humanidades fiquem evidentes, assim como suas ligações com a África, (SILVA, 2017, p. 63). De acordo com Silva (2017), a obra possui uma estética, que tem em sua composição, a jovem donzela, o mocinho e o vilão, e ainda segundo Andreta e Alós (2013, p 196), também é “pautada por uma profunda fidelidade à história oculta da diáspora africana no Brasil”. A escritora colocou dentro do romance partes importantes da dinâmica escravista, sendo possível visualizar a violência da escravidão e a violência dos senhores de escravos, ambas andam juntas por toda narrativa. Para Diogo (2018, p.291), pode-se ouvir em *Úrsula* a voz política da autora, que vai se contrapondo por todo o enredo às construções discursivas desse período, referente aos escravizados. Luciana Martins Diogo ainda sublinha que,

A autora, portanto, teria “negociado” dentro dos parâmetros literários em vigor, as possibilidades de fazer emergir um contradiscurso crítico à realidade escravista do país, a qual no plano artístico-literário expressava-se por meio do “apagamento” dos negros enquanto sujeitos. (DIOGO, 2016, p. 99)

O enredo do romance se inicia com a exaltação das paisagens de uma “das mais ricas províncias do Norte”, até entrar em cena o jovem Tancredo, que quase morre em um fatídico acidente, e é socorrido pelo jovem e generoso escravizado de nome Túlio, que o salva da morte. O acidente de Tancredo faz com que o personagem Túlio tome o seu lugar e cresça na narrativa, suas virtudes aparecem ao salvar o jovem advogado, que já estava à beira da morte. Para Duarte (2018, p. 57), a forma como o personagem Túlio é composto, vai orientar e representar a “coexistência” de senhores e cativos no texto, mostrando que ainda que o sistema escravista seja “odioso” não torna o negro incapaz de se sensibilizar com o sofrimento dos demais. Túlio agradeceu a ventura de poder ajudar o jovem em agonia, e após uma breve conversa com o acidentado, o leva para casa de Luiza B. onde fica sobre os seus cuidados e de Úrsula. Deixando dessa forma transparecer seu caráter, sua humanidade diante do sofrimento do outro, sobre seu encontro com Tancredo. O narrador firminiano, faz uma breve descrição do personagem Túlio,

O homem que assim falava era um pobre rapaz, que ao muito parecia contar vinte e cinco anos, e que na franca expressão de sua fisionomia deixava advinhar toda a nobreza de um coração bem formado. O sangue africano fervia-lhe nas veias; o mísero ligava-se à odiosa cadeia da escravidão; e em balde o sangue ardente que herdara de seus pais, e que o nosso clima e a servidão não puderam resfriar, em balde – dissemos – se revoltava, porque se lhe erguia como barreira – o poder do forte contra o fraco!... Ele entanto resignava-se; e se uma lágrima a desesperação lhe arrancava, escondia-a no fundo da sua miséria. Assim é que o triste escravo arrasta a vida de desgostos e de martírios, sem esperança e sem gozos! Oh! Esperança! Só a tem os desgraçados no refúgio que a todos oferece a sepultura!... Gozos!... Só na eternidade os anteveem eles! Coitado do escravo! Nem o direito de arrancar do imo peito um queixume de amargurada dor!... (REIS, [1859] 2018, p. 18)

O jovem escravizado mesmo tendo vivido por toda sua vida sob a estrutura escravista e silenciosamente chorado seus infortúnios, em uma situação de privação de sua liberdade, era nobre, de bom coração, herdara de seus pais vontade de viver, de ser livre e muitas virtudes. Era generoso, pois os bons sentimentos que Deus havia posto em seu coração permaneciam ali sem se corromper. (REIS, [1859] 2018)

E o mísero sofria porque era escravo, e a escravidão não lhe embrutecera a alma; porque os sentimentos generosos, que Deus lhe implantou no coração, permaneciam intactos e puro como sua alma. Era infeliz, mas era virtuoso; e por isso seu coração enterneceu-se em presença da dolorosa cena, que se lhe oferecera à vista. (REIS, [1859] 2018, p. 19)

Por isso ele tenta ajudar o cavaleiro, que ao despertar brevemente, se depara com o seu salvador. Segundo Andreta e Alós (2013, p.197), Túlio se comporta de acordo com valores cristãos, que são apropriados por Reis, para dessa forma poder passar sua mensagem. Há movimentos dentro dos caracteres estéticos do romantismo que vão estabelecendo o consciente cultural dos personagens, e podem ser vistos como uma estratégia de Maria Firmina dos Reis, a fim de expor os aspectos da política e da economia que sustentavam o escravismo, (NASCIMENTO, 2018, p. 130).

Já o diálogo da Preta Susana, sintetiza muitas das questões expostas por Reis dentro do romance Úrsula, de acordo com Geraldo Ferreira da Silva,

Ela pode ser considerada uma simbologia de todas as mulheres negras que foram violentadas pela perda de suas liberdades, de suas famílias e de suas cidadanias, mas especialmente, e pode ser considerada uma voz que repercute a voz da autora do romance. (SILVA, 2017, P 68)

A voz da autora no romance traz uma mulher adulta, a qual dedica todo um capítulo do romance, falando em primeira pessoa, sobre sua vida, sua filha, seu marido, seu lugar de vivência, e ainda sobre sua estrutura coletiva, que lhe garantiu seu lugar como ser humano, com deveres e obrigações. Ao falarem de si mesmos, as pessoas negras presentes na obra da escritora ocupam um lugar diferente daquele que vieram a ocupar no imaginário do colonizador, o de bárbaro (DUARTE, 2018, p. 62). A Preta Susana rememora seus dias na África, seu país, seu lar junto a sua família, no diálogo como seu filho de criação Tulio,

Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira amor, eu corria as descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias. Ah! Meu filho! Mais tarde deram-me em matrimônio a um homem, que amei como a luz dos meus olhos, e como penhor dessa união veio uma filha querida, em quem me revia, em quem tinha depositado todo o amor da minha alma: uma filha, que era minha vida, as minhas ambições, a minha suprema ventura, veio selar a nossa tão santa união. (REIS, [1859] 2018, p.70)

Segundo Eduardo de Assis Duarte, o diálogo de Suzana é o primeiro em nossas letras a mostrar a África com espaços individuais e coletivos em harmonia, onde Susana tinha uma vida que lhe era preciosa, e lhe foi tirada pela ambição dos seus raptos. Firmina não inclui apenas o mundo escravista como cenário, ela insere a cultura africana, e denuncia a violência

do tráfico, e a partir disso substantiva a afrodescendência do romance. (NASCIMENTO, 2018, p. 131).

O personagem Antero, um escravizado idoso, com vício em bebida alcoólica, que pertence a Fernando P., tio de Úrsula, também vai trazer para o texto as lembranças de seus dias na África. Quando jovem, Antero trabalhava e podia ter sua própria plantação e viver daquilo que colhia, em sua pátria antes do cativo podiam beber vinho de palmeira em dias festivos, na sua terra natal a própria bebida tinha significado oposto do que tinha no Brasil, (SILVA, 2013 p. 119). Para Juliano Carrupt do Nascimento, Reis em sua narrativa sobre escravizados, deixa transparecer os traços de ancestralidade africana, isso acontece quando a autora ressalta os caracteres das experiências coletivas dos sujeitos, de maneira positiva, e não as degradantes vivências da escravidão, ainda segundo Nascimento,

No romance *Úrsula*, os negros aparecem culturalmente caracterizados como personagens que expressam a realidade africana presentificada na cultura brasileira, porém pela sinuosidade narrativa empenhada por Maria Firmina dos Reis, os negros assumem a perspectiva crítica em face de sua condição servil, seja através das palavras que proferem, nos diálogos em que usam da voz, seja através dos atos que a eles cabem no encadeamento da construção do enredo, (NASCIMENTO, 2018, p.130)

Esse posicionamento crítico, pode ser fortemente percebido nas falas da preta Susana, quando questiona Túlio a respeito da liberdade, pois em agradecimento a sua bondade e cuidados, durante e após seu acidente, Tancredo lhe concede a alforria, comprando o escravizado de sua senhora Luiza B. Túlio a partir desse profundo ato de gratidão, decide segui-lo por onde for, pois era agora livre e senhor de si. Sua mãe adotiva Susana, no entanto, o questiona a respeito dessa liberdade adquirida pela compra de sua alforria,

— Tu! Tu livre? Ah, não me iludas! – exclamou a velha africana abrindo uns grandes olhos. — Meu filho, tu és já livre?...

— Iludi-la! – respondeu ele, rindo-se de felicidade – E para quê? Mãe Susana, graças à generosa alma deste mancebo, sou hoje livre, livre como o pássaro, como as águas; livre como o éreis na vossa pátria. (REIS, [1859] 2018, p. 69).

Para a mãe, Preta Susana, a liberdade estava ligada a felicidade, tranquilidade de ir e vir, a paz no coração, a família e amigos, tudo que um dia teve na sua terra natal. A liberdade não poderia ser comprada, a velha escravizada explica a Túlio que estava apenas trocando de cativo, ao deixar sua senhora, a jovem Úrsula que sempre o trataram bem, para seguir seu suposto libertador. Susana relembra e conta a seu filho Túlio a saga do seu sequestro de seu lar africano pelos sequestradores, que a levaram de tudo que lhe era precioso, de tudo que a tornava realmente livre, e que lhe fora repentinamente arrancado, sem nenhuma compaixão, na ocasião

em que ia à roça em tempos de colheita, quando havia deixado sua filha “gentilzinha”, “assemelhava a um anjo”.

Ainda não tinha vencido cem braças do caminho, quando um assobio, que repercutiu nas matas, me veio orientar acerca do perigo iminente, que aí me aguardava. E logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira – era uma escrava! Foi embalde que supliquei em nome de minha filha, que me restituíssem a liberdade: os bárbaros sorriam-se das minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão. Julguei enlouquecer, julguei morrer, mas não me foi possível... a sorte me reservava ainda longos combates. Quando me arrancaram daqueles lugares, onde tudo me ficava – pátria, esposo, mãe e filha, e liberdade! Meu Deus! O que se passou no fundo da minha alma, só vós o pudestes avaliar!...(REIS, [1859] 2018, p. 70)

Susana relata que, foi colocada junto a mais de trezentos companheiros no “infecto porão de um navio” onde passaram trinta dias sob tormentos e escassez de tudo, acorrentados como “animais ferozes”, eram mercadoria, e muitos foram perdidos. Ao chegar do outro lado do Atlântico foi comprada pelo comendador Fernando P, assim como a mãe de Túlio e o Preto Antero. Em sua memória Susana relembra as torturas a que foram submetidos os escravizados, trazendo um breve relato sobre os instrumentos de tortura, usados pelo marido de sua senhora Paulo B, até ficarem ela e Túlio sob o senhorio de Luiza B.

De acordo com Andreta e Alós (2014) o discurso de Reis é estratégico, ela traz através da memória de Susana momentos importantes como captura, transporte e vivências dos escravizados no contexto da escravidão. De acordo com Muzat (2018) é a personagem Susana que vai falar da África como uma terra de liberdade, a autora confere a essa mulher escravizada, o que podemos chamar de ponto alto do romance. A personagem traz para o discurso aspectos da cultura africana como o ato de ensinar a partir da experiência dos mais velhos (NASCIMENTO, 2018, p.135).

Ao final de sua conversa com Túlio, ele prepara-se para seguir Tancredo, que declara seu amor pela donzela e a pede em casamento à sua desditosa mãe. O irmão de Luiza B, que a perseguiu, até deixá-la inválida, entra em cena, disposto a desposar sua sobrinha. Fernando P leva sua irmã à morte, tortura seus escravizados e mata Túlio, Tancredo e leva Úrsula à morte. Telles (2018) sublinha que Reis não indica na obra uma realidade social diferente como alternativa. No fim, a forma opressora do sistema escravista, vence mulheres e escravizados, e Maria Firmina dos Reis, representa em *Úrsula* esse contexto, destacando a africanidade dos personagens escravizados em um período em que tais questões, sequer eram discutidas. Reis integra as pessoas negras à condição humana que lhes era negada, dando ao romance seu tom abolicionista. (NASCIMENTO, 2018).

3.2A ESCRAVA: REPRESENTAÇÕES DE ESCRAVIDÃO

O conto *A Escrava* foi escrito em 1887, época em que a causa abolicionista já estava bem avançada, a obra foi publicada pela Tipografia do País, na cidade de São Luís, e assim como o romance *Úrsula* mostra o engajamento de Reis com a causa abolicionista. Os personagens do enredo da obra são: a senhora abolicionista, Joana, a escrava em fuga tida como louca, seu filho Gabriel, o senhor Tavares, proprietário dos escravizados e patrão de Antônio, o feitor. O enredo da obra traz representado o mundo da escravidão, suas lutas e resistências, mostrando como a intelectual Maria Firmina dos Reis estava a par das problemáticas da escravidão no Maranhão da segunda metade do século XIX, (ZIN, 2016, p. 82-83).

No início do conto, em um salão onde se reuniam os ricos e letrados discutindo uma variedade de temas, levanta-se a questão da escravidão, com opiniões diversas sobre a temática, surge então a “senhora de sentimentos abolicionistas” que põe-se a narrar alguns incidentes sobre fugas de escravizados (REIS, 2018, p. 164). A abolicionista começa seu diálogo, chamando a atenção dos demais sobre o mal que era a instituição escravocrata,

[...] faz-me até pasmar como se possa sentir, e expressar sentimentos escravocratas, no presente século, no século dezenove! A moral religiosa e a moral cívica aí se erguem, e falam bem alto esmagando a hidra que envenena a família no mais sagrado santuário seu, e desmoraliza, e avilta a nação inteira! Levantai os olhos ao Gólgota, ou percorrei-os em torno da sociedade, e dizeime: — Para que se deu em sacrifício o Homem Deus, que ali exalou seu derradeiro alento? Ah! Então não é verdade que seu sangue era o resgate do homem! É então uma mentira abominável ter esse sangue comprado a liberdade!? E depois, olhai a sociedade... Não vedes o abutre que a corrói constantemente!... Não sentis a desmoralização que a enerva, o cancro que a destrói? Por qualquer modo que encaremos a escravidão, ela é, e será sempre um grande mal. Dela a decadência do comércio; porque o comércio e a lavoura caminham de mãos dadas, e o escravo não pode fazer florescer a lavoura; porque o seu trabalho é forçado. Ele não tem futuro; o seu trabalho não é indenizado; ainda dela nos vem o opróbrio, a vergonha; porque de frente altiva e desassombrada não podemos encarar as nações livres; por isso que o estigma da escravidão, pelo cruzamento das raças, estampa-se na fronte de todos nós. Embalde procurará um dentre nós, convencer ao estrangeiro que em suas veias não gira uma só gota de sangue escravo... E depois, o caráter que nos imprime e nos envergonha! O escravo é olhado por todos como vítima – e o é. O senhor, que papel representa na opinião social? O senhor é o verdugo – e esta qualificação é hedionda. (REIS, [1887] 2018, p. 164)

A abolicionista do conto é uma mulher branca que se impõe frente aos seus pares, emprestando-lhe “autoridade”, o que, segundo Pinto-Bailey (2018, p. 107), não seria possível

a Maria Firmina dos Reis à época. Cristina Ferreira Pinto-Bailey sublinha ainda que Reis escreve estrategicamente uma história dentro da outra, tanto em *A Escrava*, quanto em *Úrsula*, em que as vozes narrativas de pessoas brancas não são as únicas. E mais uma vez a religião é destacada nos argumentos da narradora como razão para o fim da opressão vivida pelos escravizados (SIMÕES, 2018, p. 347)

É importante ressaltar que a senhora abolicionista fala sobre a relação entre a escravidão e a decadência da lavoura, e enfatiza que, esta não pode prosperar devido as condições de trabalho a que são submetidos os escravizados. A escravidão é vista pela abolicionista como um “cancro que destrói”. (REIS, 2018). O conto *A Escrava* é de acordo com Rafael Balseiro Zin o “auge da maturidade intelectual” de Reis, pois assim como em *Úrsula*, as narrativas se direcionam para as questões da escravidão, porém, nessa obra o enredo é exclusivamente sobre o abolicionismo no período, e ainda segundo Zin, são,

Pautadas em um ponto de vista outro, o mesmo que aparece nos demais trabalhos da escritora, as experiências narrativas de *A escrava* se alternam entre sentimentos de compaixão para com os oprimidos e a denúncia direta das instâncias e das autoridades legitimadoras da escravidão. (ZIN, 2016, p. 67)

De acordo com Rafael Balseiro Zin, a obra denuncia as míseras condições de vida e os aspectos da injustiça a que estavam submetidos os escravizados nesse período. Era uma “tarde de agosto”, quando a abolicionista, ouviu os gritos de uma mulher que passou por ela “espavorida”, e se ocultou em uma moita, parecendo foragida, seguia a desditosa um homem de cor “parda”; “estatura elevada” e “cabelos negros e anelados”, que falava em alta voz,

— Inferno! Maldição! – bradara ele com voz rouca. — Onde estará ela? – e perscrutava com a vista por entre os arvoredos desiguais que desfilavam à margem da estrada. — Tu me pagarás – resmungava ele. – E aproximando-se de mim: Não viu, minha senhora, – interrogou com acento, cuja dureza procurava reprimir, – não viu por aqui passar uma negra, que me fugiu das mãos ainda há pouco? Uma negra que se finge doida... Tenho as calças rotas de correr atrás dela por estas brenhas. Já não tenho fôlego. (REIS, [1887] 2018, p. 166)

Esse homem era o feitor, a narradora traça um perfil do algoz de Joana, a mulher de sentimentos abolicionista, o despista, e ao se direcionar para moita encontra junto da fugitiva um homem “ofegante”, quase sem roupa, coberto de cicatrizes que pareciam feitas a pouco tempo. No entanto, era “franca sua fisionomia”. Esse homem era filho de Joana, Gabriel, que tentava encontrar sua mãe antes do feitor, pois temia o pior, era ele agora também um fugitivo. (REIS, 2018), Sobre Gabriel, a narradora observa,

O rosto negro, e descarnado; suposto seu juvenil aspecto aljofarado de copioso suor, seus membros alquebrados de cansaço, seus olhos rasgados, ora deferindo luz errante, e trêmula, agitada, e incerta traduzindo a excitação, e o terror, tinham um quê de altamente interessante. No fundo do coração daquele pobre rapaz, devia haver rasgos de amor, e generosidade. (REIS 2018, p. 167-168)

Segundo Zin (2016), é inovador nas letras brasileiras da época a forma como o jovem é descrito pela voz narrativa, “uma vez que está pautada por um olhar que humaniza o oprimido e animaliza o opressor”. (ZIN, 2016, p. 70). Após esse encontro com a abolicionista, com as desconfianças e medos próprios dos seus ambientes de vivências, as personagens começam um diálogo, e o jovem começa a narrar os motivos da mãe ter fugido, pois era considerada louca, e manifesta preocupação com ela e consigo mesmo, por ter ido procurar a mãe. Joana, a escrava em fuga, estava quase morrendo, mas ao recuperar suas forças, já na casa da senhora, começa a narrar sua triste vida de servidão.

Joana conta como seus pais foram enganados, ao comprarem sua liberdade do seu senhor quando era pequena, fato que levou sua mãe à morte e fez com que começasse a trabalhar aos oito anos de idade. Quando se tornou mãe, teve seus filhos Carlos e Urbano, arrancados de seus braços e vendidos para longe da província. Régia Agostinho (2013), informa que na segunda metade do século dezenove, muitos escravizados foram vendidos para outras partes do Brasil, no que ficou conhecido, como já explicado nas sessões anteriores desta monografia, como tráfico interprovincial.

Ao abrigar Joana e Gabriel, a dita senhora estava infringindo a lei, no entanto, ela relata que fazia parte de duas “sociedades abolicionistas”, uma na capital da província e outra no Rio de Janeiro, era seu dever socorrê-los. A escravizada, relata seu sofrimento, Joana, inconformada por não poder ver seus filhos mais uma vez, e temendo por Gabriel, declara,

— Não sabe, minha senhora, eu morro, sem ver mais meus filhos! Meu senhor, os vendeu... eram tão pequenos... eram gêmeos. Carlos, Urbano... Tenho a vista tão fraca... é a morte que chega. Não tenho pena de morrer, tenho pena de deixar meus filhos... meus pobres filhos!... Aqueles que me arrancaram destes braços... Este que também é escravo!... (REIS, [1887] 2018, p 171)

Rafael Balseiro Zin (2016) afirma que, os personagens negros de Maria Firmina dos Reis, falam de si mesmo, eles mesmos contam suas histórias. Para Silva (2017), a afrodescendência das obras de Reis se legitima por meio da posição de pessoas negras dentro do enredo, os personagens são agentes de sua própria narrativa. Para Diogo (2016), nas obras

de Reis, os negros não ocupam lugares marginais, seus personagens apresentam densidade na narrativa.

Durante o diálogo de Joana com a senhora, Gabriel seu filho, temendo por sua saúde, interrompe a mãe, e a escravizada responde “eu ainda posso falar”. Seu relato é carregado de denúncia da escravidão. Ao terminar de narrar sua desventura, Joana morre, porém antes reivindica o direito de falar de si mesma e contar sua história. (ZIN, 2018). Joana narra como seus filhos lhe foram tirados pelo seu senhor,

Um homem apeou-se à porta do Engenho, onde juntos trabalhavam meus pobres filhos – era um traficante de carne humana. Ente abjeto, e sem coração! Homem a quem as lágrimas de uma mãe não podem comover, nem comovem os soluços do inocente. Esse homem trocou ligeiras palavras com meu senhor, e saiu. Eu tinha o coração oprimido, pressentia uma nova desgraça. À hora permitida ao descanso, concheguei a mim meus pobres filhos, extenuados de cansaço, que logo adormeceram. [...] — Deixa concluir, meu filho, antes que a morte me cerre os lábios para sempre... deixa-me morrer amaldiçoando os meus carrascos. — Por Deus, por Deus, gritei eu tornando a mim, por Deus levem-me com meus filhos! — Cala-te! gritou meu feroz senhor. Cala-te, ou te farei calar. — Por Deus, tornei eu de joelhos, e tomando as mãos do cruel traficante: – meus filhos!... Meus filhos!... (REIS, [1887] 2018, p. 173-174)

A autora empresta à personagem autonomia para denunciar os horrores da escravidão, os sentimentos expressados por Joana diante da perda de seus filhos são traços de sua subjetividade que ficam evidentes, ao lembrar como o senhor a separou de sua família, sem se importar com suas súplicas, o que faz a escravizada amaldiçoar seus algozes, em suas últimas horas. (DIOGO, 2016, p. 103-104)

A senhora de sentimentos abolicionistas, a quem Joana recomenda seu filho, promete protegê-lo, não sem enfrentar novamente o terrível feitor, que chega em sua casa a procura da mãe e do filho fugidos, no entanto, encontra a abolicionista que decide enfrentar os carrascos. O feitor questiona a senhora por abrigar escravos, e tenta levar o filho de Joana que chora a morte de sua mãe. (REIS, 2018) A abolicionista, no entanto, exclama,

— Insolente! Nem mais uma palavra. Vai-te, diz a teu amo, – miserável instrumento de um escravocrata; diz a ele que uma senhora recebeu em sua casa uma mísera escrava, louca porque lhe arrancaram dos braços dois filhos menores, e os venderam para o Sul; uma escrava moribunda; mas ainda assim perseguida por seus implacáveis algozes. (REIS, [1887] 2018, p. 175)

A senhora destemida, enfrenta o feitor e mais uma vez reitera as palavras de Joana, sobre todo mal que havia levado a escravizada à loucura, condena mais uma vez a escravidão. Recebe a visita de senhor Tavares, que está disposto a rever sua propriedade, questiona seu

direito sobre Gabriel, a mulher abolicionista, no entanto, lhe mostra os documentos, que à revelia deste, davam liberdade a Gabriel. (REIS, 2018). Maria Firmina dos Reis através dos personagens Joana e Gabriel, traz duas perspectivas interessantes, de acordo com Pinto-Bailey (2018), os dois personagens mesmo tendo consciência dos castigos, desafiam o sistema escravista, e estes sujeitos, representam na escrita da autora a luta dos escravizados, contra a escravidão, delineados por Reis em sua narrativa abolicionista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo apreender o contexto social em que viveu a professora e escritora Maria Firmina dos Reis, ressaltando os enfrentamentos aos quais estavam sujeitas as pessoas negras e escravizadas, e como estas influenciaram sua escrita e as representações de escravidão, em suas obras, *Úrsula* e *A Escrava*, na segunda metade do século XIX.

Contextualizamos de modo breve e sumário as dinâmicas econômicas, políticas e socioculturais do Maranhão no oitocentos, em que estavam inseridas as pessoas livres, libertas e escravizadas, configurando uma sociedade bastante hierarquizada, dividida pela classe e pela cor.

Consideramos a importância das populações escravizadas e das relações de trabalho para o desenvolvimento e expansão territorial do Maranhão oitocentista, ressaltando os conflitos e resistências, desencadeados nessa sociedade, permeados por diversas crises econômicas, que influenciaram o crescimento das populações livres e a queda da população escravizada.

No que se refere às pessoas negras, livres e escravizadas, buscamos compreender qual era o seu lugar social, como eram vistas, suas resistências e enfrentamentos, já que ocupavam quase sempre lugares marginais, sejam sociais ou simbólicos. Partindo desse olhar, procuramos entender como Maria Firmina dos Reis, como mulher e negra construiu sua intelectualidade, nessa sociedade em que a maioria da população não tinha acesso à educação, como alcançou a condição de professora, romancista e poetisa.

Nesse ensejo, buscou-se apreender as representações firminianas, escrutinando o olhar comprometido da autora sobre as questões da escravidão maranhense. Observamos seu olhar humanizado na construção das personagens: Susana, Túlio e Antero, imprimindo-lhes agência e memórias oriundas de uma África permeada de sociabilidades. Assim, a autora demarcou seu lugar como escritora abolicionista, através também dos personagens Joana e Gabriel, no conto *A Escrava*, narrando suas lutas e resistências ante à violência do sistema escravista. Para encerrar, asseveramos que não pretendemos aqui concluir as pesquisas relativas à temática, que possui muitos aspectos não evidenciados na presente monografia, que teve base em trabalhos já produzidos sobre a escritora, mas esperamos, como o presente estudo, ter contribuído para o debate sobre essa importante autora negra maranhense.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **A EDUCAÇÃO FEMININA EM SÃO LUÍS NO SÉCULO XIX**, ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003.

ADLER, Dilercy Aragão. **A mulher Maria Firmina dos Reis: uma maranhense**. editora malê, 2018, <https://vdocuments.mx/as> - acesso em 12/01/23

ADLER, Dilecir Aragão. **Elogio a patrona Maria Firmina dos Reis: ontem uma maranhense; hoje uma missão de amor**/Dilecir Aragão Adler. 1º ed – São Luís: Academia Ludovicense de Letras, 2014. b.

ADLER, Dilecir Aragão. **Maria Firmina dos Reis: uma maranhense. Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**/ Constância Lima Duarte_[et al]- Rio de Janeiro: Malê 2018. a.

ASSUNÇÃO, Mathias Rohrig. **Cultura popular e sociedade regional no Maranhão do século XIX**. Revista de Políticas Públicas, v. 3, n. 1, p. 29-66, 1999. De <<https://scholar.google.com> as 18:02 em 26/04/22>.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. **Sustentar a Constituição e a Santa Religião Católica, amar a Pátria e o Imperador: liberalismo popular e o ideário da Balaiada no Maranhão**. *Revoltas, motins, revoluções: homens pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, 295-327.

ANDRETA, Bárbara Loureiro; ALÓS, Anselmo Peres. A voz e a memória dos escravos: Úrsula, de Maria Firmina dos Reis. **identidade!**, v. 18, n. 2, p. 194-200, 2014.

BAGGIO, Adriana. Mulher e literatura. **GV-executivo**, v. 5, n. 2, p. 58-61, 2006.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **Uma Atenas Equinocial**. A Fundação de um Maranhão no Império Brasileiro. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

CÂMARA, Paulo Roberto Pereira. **Trabalho e rua: Análise acerca do trabalho de rua em São Luís na passagem do século XIX ao XX**. 2008.

CARDOSO, Antonio Alexandre Isidio. **Nem sina, Nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico. (1847-1877)**. Fortaleza, Dissertação de Mestrado em História Social, 2011.

CIRINO, Raissa Gabrielle Vieira. Revisitando a Setembrada: disputas e tensões políticas no Maranhão durante a Regência (1831-1833). **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, v. 39, n. 1, p. 405-436, 2021.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. – 6.ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

CRUZ, Mariléia dos Santos; MATOS, Érica de Lima de; SILVA, Ediane Holanda. “**EXMA. SRA. D. MARIA FIRMINA DOS REIS, DISTINTA LITERÁRIA MARANHENSE**”. *Notandum*, 2019, 48: 151-166. De <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/notandum/article/view/59293>>.

DIOGO, Luciana Martins. **Da sujeição à subjetivação**: a literatura como espaço de construção da subjetividade, os casos das obras Úrsula e A Escrava de Maria Firmina dos Reis. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

DIOGO, Luciana Martins. **Metodologia para análise de cenas**: comparação entre entradas em cena de personagens literários – os casos de Túlio e Simeão de Maria Firmina dos Reis e Joaquim Manuel de Macedo. **Maria Firmina dos Reis**: faces de uma precursora/ Constância Lima Duarte_[et al]- Rio de Janeiro: Malê 2018.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Úrsula e a desconstrução da razão negra ocidental. Maria Firmina dos Reis**: faces de uma precursora/ Constância Lima Duarte_[et al]- Rio de Janeiro: Malê 2018.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista**: os descaminhos da liberdade. São Luís: Edfuma, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970: Edições Loyola, 1996.

GRECCO, Gabriela de Lima; **HISTÓRIA E LITERATURA**: entre narrativas literárias e históricas, uma análise através do conceito de representação, Revista Brasileira de História & Ciências Sociais Vol. 6 Nº 11, Julho de 2014.

JESUS, Matheus Gato de. **Racismo e decadência**: sociedade, cultura e intelectuais em São Luís do Maranhão. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

LAGO, Antonio Bernardino Pereira do. **Estatística histórico-geográfica da província do Maranhão**. Lisboa: Tip. da Real Academia de Ciências, 1822.

LAJOLO, Marisa. O preço da leitura: Gonçalves Dias e a profissionalização de um escritor brasileiro oitocentista. **MOARA**–Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras - UFPA, v. 1, n. 21, p. 33-48, 2016.

LIMA, Telma Cristina Sasso.; MIOTO, Célia Tamaso. **Procedimentos Metodológicos na Construção do Conhecimento Científico**: A Pesquisa Bibliográfica. Rev, Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. P. 37-45, 2007.

MACHADO, Maria Helena P. T; BRITO, Luciana da Cruz; VIANA, Iamara da Silva; GOMES, Flávio dos Santos. **Ventres livres?** Gênero, Maternidade e Legislação. São Paulo: Ed. UNESP, 2021.

MEIRELES, Marinelma Costa. **Braços para o trabalho!** A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, os escravos africanos e a inserção do Maranhão na rota das trocas internacionais na

segunda metade do século XVIII; Histórias sociais do trabalho: usos da terra, controle e resistências. São Luís, Editora UEMA, 2015.

MOTA, Antônia da Silva. **A dinâmica colonial portuguesa e as redes de poder local na Capitania do Maranhão**. 2007. Tese (Doutorado em História do Brasil) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

MUZART, Zahidê Lupinacci. **Uma pioneira: Maria Firmina dos Reis. Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora/ Constância Lima Duarte_[et al]- Rio de Janeiro: Malê 2018.**

NASCIMENTO, Juliano Carrupt. **A construção do negro no romance Úrsula**. Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora/ Constância Lima Duarte_[et al]- Rio de Janeiro: Malê 2018.

OLIVEIRA, Juliana Jardim Oliveira e. **A Guerra Civil no espaço Atlântico : a secessão norte-americana nos debates parlamentares brasileiros (1861-1865)**. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2017.

PAIVA, Kelen Benfenatti. **MARIA FIRMINA DOS REIS: educação e emancipação feminina. Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora/ Constância Lima Duarte_[et al]- Rio de Janeiro: Malê 2018.**

PINTO-BAILEY, Cristiana Ferreira. **A escrava, de Maria Firmina dos Reis. Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora/ Constância Lima Duarte_[et al]- Rio de Janeiro: Malê 2018.**

RESENDE, Rafael Serra de. **DA ÁGORA AO PANTHEON: intelectuais de “Atenas” e a literatura romântica no Maranhão. Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História**, v. 4, n. 4, 2007. De <https://scholar.google>, às 14:06, 07/12/22.

REIS, João José. “**Nos achamos em campo a tratar da liberdade**”: a resistência escrava no Brasil oitocentista. In. **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)**. Formação: histórias. São Paulo: Editora do Senac, p. 241-263, 2000.

REIS, João José. **Quilombos e revoltas escravas no Brasil**. Revista USP, n. 28, p. 14-39, 1996.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula e outras obras**. Edições Câmara, 2018.

SANTOS, Katiana Souza. **Relações de gênero na segunda metade do século XIX na perspectiva de Maria Firmina dos Reis: análise do romance Úrsula**. São Luís, 2015.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Geraldo Ferreira da. **Maria Firmina dos Reis: a voz negra na literatura brasileira dos oitocentos / Geraldo Ferreira da Silva**. – Montes Claros, 2017.

SILVA, Régia Agostinho da. **A escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre a escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX**. Tese de doutorado em História, USP, 2013.

SIMÕES, Barbara. **Remexendo arquivos: abolição e existencialismo em Maria Firmina dos Reis. Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora/** Constância Lima Duarte_[et al]- Malê, Rio de Janeiro, 2018.

SIQUEIRA, Vitor Hugo. **Entre togas e grilhões: o acesso à justiça dos escravizados no Maranhão oitocentista (1860-1888).** São Paulo: Alameda, 2021.

SOUZA, Natália Lopes de. **UMA SENHORA MARANHENSE QUE CULTIVA AS BELAS LETRAS: Maria Firmina dos Reis e sua trajetória na imprensa (1860 – 1911).** Juiz de Fora, 2020.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. **Afro-Ásia**, n. 18, 1996.

TELLES, Norma. **Uma maranhense. Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora/** Constância Lima Duarte_[et al]- Rio de Janeiro: Malê 2018.

TELLES, Norma. Rebeldes, escritoras, abolicionistas. **Revista de história**, 1989, 120: 73-83.

YOUSSEF, Alain el. **A Guerra Civil Norte-Americana e a Crise da Escravidão no Império do Brasil: o caso da Lei do Ventre.** SP; MAIO 2015 <https://www.researchgate.net/publication/281464569>, as 15:50 em 07/04/2022.